



MUNICÍPIO DE  
**ITAPUCA**  
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE GENTE**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Itapuca, julho de 2025.**

## SUMÁRIO

- 1. Dados de Identificação**
- 2. Introdução**
- 3. Missão, Visão e Valores da EMEI Pingo de Gente**
  - 3.1. Missão
  - 3.2. Visão
  - 3.3. Valores
  - 3.4. Princípios
- 4. Objetivos**
  - 4.1. Objetivo Geral
  - 4.2. Objetivos Específicos
- 5. Considerações sobre a Realidade Itapuquense**
- 6. Identidade e Organização Institucional**
- 7. Organização Institucional e Perfil Identitário**
- 8. EMEI em Tempo de Pandemia COVID-19**
- 9. O Ingresso na Instituição**
- 10. Caracterização Física**
- 11. Organização Pedagógica**
- 12. Adaptação**
- 13. Comemorações, Eventos e Reuniões**
- 14. Acesso de Pais e Responsáveis à Escola**
- 15. Alimentação**
- 16. Agenda**
- 17. Desfralde**
- 18. Momento do Sono/Descanso**
- 19. Calendário Escolar**
- 20. Das Aulas Remotas e/ou Ensino Híbrido**
- 21. Busca Ativa e Sistema FICAI**
- 22. Normas de Convivência da Instituição**
- 23. Função Social**
- 24. As Marcas do Tempo: História e Trajetória da Instituição**
- 25. Quantidade de Alunos que iniciou na EMEI**
  - 26. Concepção, Princípios e Fundamentos**
    - 26.1. Concepção Institucional de Ser Humano
    - 26.2. Concepção de Sociedade
    - 26.3. Concepção de Cultura
    - 26.4. Concepção de Ciências
    - 26.5. Concepção de Tecnologia
    - 26.6. Concepção de Trabalho
    - 26.7. Concepção de Educação
    - 26.8. Concepção de Currículo
      - 26.8.1. Fundamentos de Currículo
    - 26.9. Gestão Democrática
- 27. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica**
  - 27.1. Pesquisa como Princípio Pedagógico
  - 27.2. Trabalho como Princípio Educativo
  - 27.3. Respeito à Diversidade
  - 27.4. Igualdade e Equidade
  - 27.5. Sustentabilidade e Meio Ambiente

## **28. Diretrizes para a Prática Pedagógica**

- 28.1. Planejamento Pedagógico
- 28.2. Avaliação da Aprendizagem
- 28.3. Projetos Integradores: Concepção, Objetivos e Aspectos Metodológicos
- 28.4. Atividades Complementares
- 28.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

## **29. Etapas de Ensino**

- 29.1. Educação Infantil

## **30. Política da Educação Inclusiva**

- 30.1. Concepção de Educação Inclusiva
- 30.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
- 30.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

## **31. Política da Educação Integral**

- 31.1. Concepções da Educação Integral
- 31.2. Princípios Orientadores da Educação Integral

## **32. Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional**

## **33. Políticas de Comunicação Escola / Família / Comunidade**

- 33.1. Concepção da Comunicação Escola / Família / Comunidade
- 33.2. Princípios da Comunicação Escola / Família / Comunidade

## **34. Regime de Funcionamento da EMEI Pingo de Gente**

## **35. Temas Obrigatórios**

## **36. Atividades de Confraternização**

## **37. Reuniões Coletivas e Individuais com a Família**

## **38. Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político-Pedagógico**

## **39. Círculo de Pais e Mestres (CPM)**

## **40. Legislação e Diretrizes**

## **41. Considerações Finais**

## **42. Referências**

## 1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Instituição: Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente

Endereço: Rua Arquimedes Boccardi, 585- Itapuca/RS

Código INEP: 43010610

Telefone: (51) 99992 5538

E-mail: [pingodegente@itapuca.rs.gov.br](mailto:pingodegente@itapuca.rs.gov.br)

Decreto de Criação: Decreto Municipal nº 006/2014, de 30 de janeiro de 2014

Nível de Ensino: Educação Infantil

Modalidade: Integral

Turno de Funcionamento: Manhã e Tarde

Secretária Municipal de Educação e Esportes: Analice Sebben Casagrande

Secretária Adjunta de Educação e Esportes: Monalize Burille

Diretora: Ana Lucia Benedito Coradi

Vice-diretora: Margarete Lima da Luz

Coordenador Pedagógico: Ademir Formagini

### Professores:

Andréia Borges de Oliveira

Andressa Borille Scorsatto

Camila Borges Scheffer Bueno

Caroline Andrine dos Santos

Classi Formagini Valério

Eliane da Rosa Lorena

Eliane Fernandes

Fabiane Formagini

Joice Miri dos Santos

Laura Macedo Mistura

Leila Aparecida da Silva Cristani

Leticia Formagini Castro

Silvane Marques de Farias

Giseli Pancotte Borelli

### Apoio Educacional:

Ângela Valério

### Atendentes de Creche:

Adriana da Silva Taborda

Eliane Borelli Zanette

Jaira Cunha da Silva

Juçara Taborda Zanette

Leticia Burille Formagini

Liliane Caproski

Loivinha Gonçalves Moreschi

Mônica Silva de Lima Scorsatto

Morgana dos Santos

Saionara da Silva

### Serviçais

Claudia Fátima Moreschi Formagini

Daiane de Lima Guerra

Mariana Formagini

Sandra Caproski Taborda

Sônia Mara de Oliveira Montagner

## 2- INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I -participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II- elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (BRASIL, 2009).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que depois de formulado deve nortear todas as ações da escola e sua construção dá-se na coletividade. A Proposta Político-Pedagógica da instituição de Educação Infantil fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;

II- políticos: dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III- estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de criações e de manifestações artísticas e culturais.

O instrumento imprescindível para esse acontecimento é o planejamento participativo, que colabora no sentido da efetiva participação de todos nas decisões. Vasconcellos (2000, p. 169) revela que o PPP “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeito sócio-histórico na construção de uma nova sociedade.

A concepção do projeto político-pedagógico de cada escola é única e singular, já que representa a identidade de cada estabelecimento de ensino. A implementação do projeto também é coletiva, pois todos os envolvidos na construção deverão também se envolver na sua aplicação, para que ocorra de maneira eficaz.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola retrata a sua identidade. É um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos: equipe administrativa, diretor, secretário, auxiliares da secretaria, equipe pedagógica:

O coordenador pedagógico, professores, e demais funcionários: atendente de sala, pessoal de apoio, alunos, responsáveis pelos alunos e membros da comunidade local, conselho escolar e representantes de associações de pais e mestres. Conforme Souza (1998).

Pensar o Projeto Político Pedagógico de uma instituição é pensar a construção de sua identidade, o que implica numa análise coletiva tanto da história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das decisões tomadas pelo PPP. (VEIGA, 1996).

O PPP deve ser um processo de diálogo contínuo, incluindo a participação de todos. Na verdade, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua re (criação) e

desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola e comunidade local, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

A atualização deste PPP se deu através da composição das ações entre profissionais e comunidade escolar a partir de 2020. Devido à suspensão das aulas presenciais ocorrida pela pandemia causada pelo covid19, foram realizadas entre escola e comunidade escolar algumas reuniões on-line e participações através de estudos, textos e questionários. Também houve escuta dos pais e responsáveis, através dessas participações podemos defender que cada um desses, teve e ainda terá ao decorrer desse processo de reavaliação, uma participação fundamental na construção e na execução deste PPP para conjuntamente proporcionarmos as nossas crianças uma educação de qualidade. Mesmos com algumas solicitações e participação percebemos que ainda não avançamos muito da colheita das participações online neste período de atividades remotas para reavaliação do PPP, porém estamos buscando estratégias e planejando ações para avançar neste ponto. Em 2022 e 2023 conseguimos avançar mais nesse contexto, conseguimos realizar encontros presenciais, momentos de estudos e contribuições da escrita nos planejamentos e em momentos de socialização.

A escrita dos tópicos atuais e a atualização constante do documento vêm acontecendo, pois sabemos da importância do documento em nortear o trabalho da instituição. Dessa forma, em 2023, através de muito estudo e esforço conseguimos avançar de uma maneira significativa em nosso PPP, onde, iremos está em constante avaliação e adequação para mantermos o bom funcionamento da EMEI Pingo De Gente.

### **3- MISSÃO, VISÃO E VALORES DA EMEI PINGO DE GENTE**

#### **3.1 Missão**

Nossa missão é oferecer uma educação integral de qualidade, pautada nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, considerando sempre os aspectos individuais, social e cultural de cada criança e seu ritmo de aprendizagem.

#### **3.2 Visão**

Ser uma Instituição reconhecida pelo seu trabalho de excelência nas atividades educacionais e ser referência em nosso município, garantindo e priorizando sempre uma educação de qualidade, priorizando um ambiente acolhedor e seguro no desenvolvimento integral da criança.

#### **3.3 Valores**

- Compromisso e responsabilidade com o ensino;
- Buscar sempre a excelência
- Ética e transparência;
- Democracia;
- Igualdade;

- Parceria e trabalho em equipe;
- Respeito às diversidades;
- Solidariedade e respeito;
- Criatividade e inovação;
- Valorização da parceria família e escola;
- Incentivar o desenvolvimento do aluno como protagonista;
- Comprometimento com o cuidar e o educar da criança;

### **3.4 Princípios:**

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica deve seguir os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos no artigo 6º:

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: éticos, estéticos e políticos.

Éticos - Da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, Identidades e singularidades;

Políticos – Da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Estéticos – Dos direitos a cidadania, do exercício da criatividade e do respeito a ordem democrática;

## **4- OBJETIVOS:**

### **4.1 Objetivo Geral**

O objetivo primordial desta instituição, é proporcionar às crianças situações prazerosas de descobertas e aprendizagens, com base na proposta pedagógica, focando no desenvolvimento integral, em seus aspectos físico, emocional, intelectual, social e cultural para contribuir na formação e aprendizagem da criança.

### **4.2 Objetivos Específicos**

- Assegurar a educação de modo integral, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo;
- Garantir que as crianças conheçam e usufruam dos seus direitos e deveres na sociedade;
- Desenvolver estratégias que garantem a frequência e permanência da parceria e compromisso das famílias na instituição;

- Investigar através de fichas as questões sociais das famílias, afim de conhecer o contexto histórico do público da instituição;
- Proporcionar momentos onde a criança se expresse e demonstre se protagonismo no desenvolvimento das atividades;
- Possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Respeitar as características individuais de cada criança, que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Estimular as capacidades de experimentação, comunicação e criatividade;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças fortalecendo a comunicação e a interação social;
- Promover o respeito aos direitos da criança tendo como referência o disposto no estatuto da criança e do adolescente (ECA), e os seis direitos de aprendizagens propostos na BNCC;
- Proporcionar vivências e aprendizagens, assim como habilidades socioemocionais e conhecimentos que conduzam ao desenvolvimento nos diversos campos de experiências;
- Possibilitar o brincar, a partir das interações, num contexto de intencionalidades;
- Oportunizar atitudes de curiosidade, questionamentos, criatividade e encantamento para proporcionar experiências inovadoras de aprendizagens;
- Estimular para observação do mundo à volta, para elaboração de perguntas, levantamento de hipóteses, investigação e descoberta de soluções, usando diferentes objetos e cenas a sua volta;
- Constituir um ambiente acolhedor, no qual cuidados e convívios propiciem a socialização, o estabelecimento de vínculos afetivos e de confiança;
- Desenvolver nas crianças o senso de empatia, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e de agir.
- Oferecer formação continuada às professoras e demais profissionais que atuam na instituição, sobre a proposta pedagógica da escola;
- Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas operacionais para o bom funcionamento da instituição;
- Estimular a família para que participe do processo educativo e filosófico da escola;
- Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática;

## **5- CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE ITAPUQUENSE**

O município de Itapuca localiza-se na Encosta Inferior Nordeste, fazendo parte da Microrregião do Alto do Taquari. Possui uma área de 190 km<sup>2</sup> distribuídos entre regiões de campos, matas nativas e de agricultura. Conta com uma população de aproximadamente 2.000 habitantes,

conforme censo IBGE 2022. Seu relevo constitui-se de serras e planaltos e é banhado por um número expressivo de arroios e pelos rios Forqueta e Guaporé.

No aspecto histórico, consta que sua colonização ocorreu anteriormente a 1890, através de famílias de origem Portuguesa como: Ferreira, Andrade, Borges e Tabora. No começo do século XX, instalou-se a primeira leva de imigrantes italianos, provindos de Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis e Caxias do Sul com as famílias Pancotte, Boccardi, Marafon, Zanette.

Emancipou-se do município de Arvorezinha em 20 de março de 1992. Com o início da colonização italiana, surgiram as primeiras escolas; sendo que o município conta atualmente com duas Escolas Municipais e uma Escola Estadual.

É difícil dimensionar até que ponto o trabalho em educação desenvolvido no município vem contribuindo para a existência do homem e da sociedade ideal. Sendo assim, algumas ações vêm se desenvolvendo a fim de se caminhar rumo ao ideal desejado. No entanto, sendo a educação um processo dinâmico e de contínua evolução e melhoria, alguns aspectos requerem que se tenham considerações como:

- Transporte escolar tornando o Ensino Fundamental acessível a todos- no entanto, e ainda necessário alguns avanços em termos de horário e condições dos veículos;

- Embora existam prédios em boas condições, materiais didáticos acessíveis, ainda existe em alguns casos, necessidade de disponibilidade de mais verbas, melhores equipamentos, adequação tecnológica (como computador, televisão, vídeo), ampliação das bibliotecas escolares;

- Os professores encontram-se em processo de qualificação através da frequência a cursos de formação buscando sempre atualização constante;

- A evasão escolar e a reprovação estão diminuindo razoavelmente, embora haja um esforço significativo para a melhoria da aprendizagem e dos índices;

No aspecto econômico, a agricultura e a pecuária servem de sustentação econômica ao município. A criação de suínos, gado de corte e gado de leite lideram o segundo setor, já a soja, a erva-mate, o fumo e o milho ocupam a maior área de terra.

O comércio é pouco desenvolvido restringindo-se ao atendimento de necessidades básicas. No que se refere a saúde, há atendimento médico, odontológico e ambulatoriais, exames laboratoriais, fisioterapia, atendimento psicológico no município, e as demais necessidades, são encaminhadas para especialistas em outras cidades.

O aspecto cultural constitui a grande riqueza do município, especialmente pelo patrimônio artístico e arquitetônico da Igreja Matriz, cujos painéis interiores apresentam pinturas de grande beleza e expressão artística. Ainda vale salientar a influência cultural da etnia italiana nas construções em madeira, na culinária e nos usos e costumes. Assim, aspectos da língua, da religiosidade, do lazer são marcas cotidianas da herança cultural dos primeiros colonizadores. Aliados a isso, estão os usos e costumes da zona de campo, onde a vivência das tradições de gaúcho, de origem portuguesa também é evidente, garantindo uma diversidade cultural que não pode ser desconsiderada na escola.

A exuberância da vegetação, com suas cachoeiras e esplendorosas quedas d'água descem as encostas rumo ao Vale do Taquari, apresentando uma paisagem dividida entre campos limpos e o que restou das florestas derrubadas durante a colonização.

Tudo isso compõe e é composto pela vida, pela caminhada deste povo que trama um tecido rico em torno da educação e da escola que não pode deixar de ser considerado.

## **6- IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.**

A Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, localizada em Itapuca, Rio Grande do Sul, foi estabelecida como um projeto piloto nacional através da colaboração entre o Governo Federal, via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e PROINFÂNCIA, e a Prefeitura Municipal de Itapuca. Sua criação e denominação foram formalizadas pelo Decreto Municipal nº 006/2014, de 30 de janeiro de 2014. A nomenclatura "Pingo de Gente" foi adotada para simbolizar o acolhimento de crianças em tenra idade ("Pingo") e a capacidade de atendimento a um número considerável de alunos ("Gente"), reforçando o compromisso com a valorização da infância, cuidado, afetividade e educação.

A instituição está situada na Rua Archimedes Bocardi, nº 585, Bairro Centro, CEP 95997000. O edifício e os equipamentos foram concluídos em 2013 e são de propriedade da prefeitura de Itapuca, atendendo às exigências legais para o funcionamento. Conforme o Parecer Nº 001/2015, a E.M.E.I. Pingo de Gente encontra-se devidamente credenciada e autorizada a operar como uma instituição pública, oferecendo a modalidade de educação infantil para a faixa etária de 0 a 6 anos em regime de tempo integral, com uma média de 125 alunos matriculados.

## **7- ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO**

A instituição oferece uma estrutura física bem planejada e com excelentes instalações. Os espaços são diversos e foram pensados para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, incluindo: caixa de areia, parquinho e brinquedos variados no pátio, casinha ao ar livre para atividades lúdicas e recreação, área externa das salas de aula: com um saguão que possui outro parquinho e amplo espaço para brincadeiras.

Além disso, a escola conta com excelente iluminação natural e artificial, garantindo ambientes claros e agradáveis. As instalações também possuem condições adequadas de aeração, higienização, insolação e sonorização, proporcionando um ambiente seguro, saudável e confortável para todos.

Os acessos da instituição, tanto na entrada principal quanto no interior do prédio, contam com portas que garantem acessibilidade e segurança. Esses espaços são pensados para possibilitar diversas práticas de brincadeiras e recreação, cada uma com seu objetivo pedagógico e planejamento bem elaborado. As cores das paredes são distribuídas de forma estratégica para trazer calma e despertar a curiosidade nas crianças, o que favorece a aprendizagem e contribui para a qualidade do trabalho desenvolvido.

O atendimento às crianças da Educação Infantil na instituição é realizado em período diurno, em jornada integral, com a permanência mínima de 7 horas diárias, conforme as diretrizes da mantenedora.

A Educação Infantil, etapa da pré-escola terá carga horária mínima de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional, de acordo com o calendário da mantenedora. Atualmente uma demanda de 130 crianças no turno integral, visando um trabalho voltado a socialização, ao cuidar e o educar simultaneamente da criança pequena, priorizando todos os aspectos desde o físico, psicológico, intelectual ao social e ainda se complementando com ações para a família e comunidade.

No início de cada ano letivo, realizamos a Jornada Pedagógica e momentos de formação com toda a equipe. Nessa ocasião, são feitas as indicações de turmas e promovidos treinamentos com profissionais palestrantes contratados pela Secretaria de Educação, escolhidos de acordo com os

temas mais relevantes e recorrentes do ano anterior. O planejamento é elaborado com base no calendário da rede, sempre respeitando as particularidades da nossa unidade. Acreditamos que, por meio dessa organização e do investimento na formação contínua, é possível oferecer um trabalho de qualidade à nossa comunidade e, principalmente, às nossas crianças.

## **8- EMEI EM TEMPO DE PANDEMIA COVID-19**

No ano de 2020, vivemos um momento atípico no cenário global, os quais enfrentamos uma pandemia causada pela Covid-19, como medidas preventivas de saúde pública, e seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde, as aulas presenciais nas redes de educação foram suspensas por tempo indeterminado, conforme decreto municipal Nº 022 de 18 de março de 2020, com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social recomendado pelos órgãos de saúde.

Em 2021, permanecemos com as atividades remotas durante todo ano letivo. Em 2022 iniciamos as atividades no dia 14/02/2023 ainda de forma remota, em 14/03/2022 iniciamos as aulas presenciais, com todos os cuidados e seguindo os protocolos de retorno conseguimos seguir atendendo as crianças e famílias de forma presencial. Durante esse percurso, toda equipe bem orientada e atenta aos sinais de qualquer evidencia de covid-19. Ao longo do ano letivo, registramos alguns casos confirmados na instituição. Durante esses períodos, as crianças e os funcionários que tiveram contato direto foram encaminhados ao médico e, mediante apresentação de atestado, permaneceram afastados. Não houve necessidade de suspensão das aulas, que seguiram de forma presencial, permitindo a conclusão do ano letivo conforme o planejado.

Em 2023, iniciamos as aulas presenciais no dia 27 de fevereiro, de forma tranquila, porém ainda atentos a alguns cuidados necessários. Ao longo do ano, conseguimos desenvolver nossas atividades com organização e eficiência, alcançando avanços significativos em diversas metas do plano de gestão. Todas as ações previstas no calendário escolar de 2023 foram realizadas com êxito. Seguimos comprometidos com a avaliação contínua e o planejamento criterioso de nossas ações, visando garantir a qualidade do trabalho desenvolvido e o cumprimento dos objetivos propostos.

## **9- INGRESSO NA INSTITUIÇÃO:**

O ingresso na instituição de Educação Infantil pode alargar o universo inicial das crianças em vista a possibilidade de conviver com outras crianças e adultos de origem e hábitos culturais diversos, aprender novas brincadeiras e adquirir novos conhecimentos sobre realidades distintas. Pensando na realidade que temos diante da sociedade Itapuquense e dos indivíduos que estão sob nossos cuidados é que elaboramos nossas propostas de ações educativas com a intenção de sermos e formarmos agentes de transformação, visando o bem estar da sociedade.

Dessa forma, a EMEI Pingo de Gente tem proporcionado às famílias do seu entorno, bem como da zona rural da cidade um atendimento educacional voltado, prioritariamente, às mães trabalhadoras que necessitam do serviço, sempre prezando pela qualidade e confiança na instituição. Ressaltamos, no entanto, que a educação infantil é um direito da criança e um dever do Estado, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Para o ingresso na instituição, a família deve apresentar a seguinte documentação:

- Certidão de nascimento da criança.
- Documentos pessoais dos pais ou responsáveis;
- Cartão do sus;
- Carteira de vacina;
- Declaração de atualização vacinal emitida pela Secretaria de Saúde;
- Número do NIS do aluno (se tiver);
- Preencher ficha de autorização da imagem;

### **10-CARACTERIZAÇÃO FÍSICA:**

A escola conta com uma estrutura física completa, que inclui sete salas de aula para as diversas turmas. Duas salas com solários, oferecendo espaços adicionais para atividades e exposição ao sol. Uma sala adaptada para AEE (Atendimento Educacional Especializado). Para maior comodidade e higiene, a instituição dispõe de algumas salas com banheiros individuais dentro de duas salas de aula. As demais contam com banheiros no saguão. Ainda há banheiros exclusivos para funcionários no espaço interno e externo da instituição, todos adaptados e acessíveis.

O espaço conta com uma secretaria, sala dos professores, lactário, sala de amamentação e almoxarifado. Também dispomos de cozinha, refeitório, lavanderia e pátio, equipado com brinquedos, incluindo uma casinha, escorregador, balanços e túnel. Além disso, há um horto destinado ao plantio de ervas medicinais, desenvolvido em parceria com a Emater, o município e as crianças da escola. Na área externa, cercada por muros e grades há um vasto espaço onde foram plantadas árvores frutíferas.

#### **A estrutura física da instituição é composta:**

- 07 salas de aulas climatizadas;
- 01 pátio com área coberta, saguão;
- 01 parquinho interno;
- 01 parquinho externo;
- 05 banheiros para as crianças, sendo 3 com área para banho.
- 01 banheiros para as crianças com necessidades especiais;
- 01 banheiro para professores e direção;
- 01 sala da direção;
- 01 sala de professores;
- 01 sala de almoxarifado;
- 01 lavanderia;
- 01 depósito para material da lavanderia;
- 01 depósito para material de limpeza;
- 01 cozinha, com um depósito para material de cozinha;
- 01 refeitório,
- 01 lactário;

- 01 sala de amamentação;
- 01 pátio cercado com amplo espaço.

O fornecimento de água, o afastamento de esgoto, a higienização dos reservatórios/caixas d'água e o controle de pragas são de responsabilidade da mantenedora.

## **11-ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA:**

O regime de funcionamento da EMEI é integral para todas as turmas, com início das 7h15min às 17h10min.

A instituição busca proporcionar ao educando um bom desenvolvimento, que amplie as suas potencialidades de inserção e participação nas diversas práticas sociais, visando um atendimento adequado, no qual os alunos sintam-se seguros e motivados. Com a finalidade de formar pessoas participativas, responsáveis e integradas nas sociedades, ofertando a Educação Infantil, como etapa de educação básica, sendo organizada de seguinte forma:

- BERÇÁRIO - para crianças de 3 meses até 1 ano de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso; (sendo dos 3 aos 4 meses fase de adaptação)
- MATERNAL I - para crianças de 1 até 2 anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- MATERNAL II - para crianças de 2 (dois) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- MATERNAL III- para crianças de 3 (três) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- PRÉ A- para crianças de 4 (quatro) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- PRÉ B- para crianças de 5 (cinco) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso.

De acordo com a Resolução Nº 01 de 04 de junho de 2025, do Conselho Municipal Educação de Itapuca, a matrícula na instituição dos três meses aos quatro anos é facultativa aos pais ou responsáveis. Entretanto a matrícula a partir dos quatro anos de idade é obrigatória. É dever das famílias/responsáveis efetuar a matrícula das crianças a partir dos 4 (quatro) anos, conforme corte etário, na Educação Infantil - pré-escola, bem como garantir a frequência.

A EMEI Pingo de Gente atende crianças de todo o território municipal de Itapuca. Por estar na divisa, a creche também acolhe alunos de municípios vizinhos como Nova Alvorada e Arvorezinha, que encontram na Pingo de Gente uma opção mais próxima. Sendo a primeira creche inaugurada na cidade, a EMEI Pingo de Gente tornou-se uma referência no município, conseguindo atender a demanda de todas as crianças de 0 a 6 anos.

Atualmente, a EMEI conta com uma turma de Berçário, uma turma de Maternal I, uma de Maternal II, uma de Maternal III, uma turma de Pré A, uma de Pré B, todas em período integral. As turmas de berçário ao maternal III contam com uma professora e uma atendente por turma. Nas turmas que incluem crianças com necessidades especiais, quando necessário, é

disponibilizado além do um professor, um atendente e um agente educacional dedicado a acompanhar essas crianças.

A organização das turmas possibilita as condições para que se concretizem os objetivos da Educação Infantil, sendo estabelecidas as seguintes relações:

I- 3 (três) meses aos 4 (quatro) meses – idade de adaptação.

II- 4 (quatro) meses a 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias – máximo de 5 (cinco) crianças cada professor; de 6 a 10 crianças, um professor e um auxiliar do professor; de 11 a 15 crianças, um professor e dois auxiliares do professor;

III- 1 (um) ano a 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias – máximo 08 (oito) crianças cada professor; de 8 a 12 crianças, um professor e um auxiliar do professor; de 12 a 15 crianças, um professor e dois auxiliares do professor;

IV- 2 (dois) anos a 2 (dois) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias – máximo 12 crianças por professor; de 12 a 20 crianças, um professor e um auxiliar do professor;

V- 3 (três) anos a 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias – máximo de 18 (dezoito) crianças por educador; acima de 18 alunos, recomenda-se um professor e um auxiliar do professor;

VI- 4 (quatro) anos a 4 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias – máximo de 20 crianças – um professor;

V- 5 (cinco) anos a 6 (seis) anos e 29 (vinte e nove) dias – máximo de 20 crianças – um professor.

Nas turmas, independentemente da faixa etária, é respeitada a relação metragem/criança mínima de 1,50 m<sup>2</sup>, garantindo a presença permanente de professores habilitados na regência das turmas. É garantida a permanência de um profissional da escola para coordenar o atendimento às crianças entre os turnos matutino e vespertino.

### **O cotidiano da EMEI envolve**

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidado, educação e higiene;
- Repouso;
- Alimentação adequada com café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde e jantar.
- Atividades de recreação livres e dirigidas nas salas e no espaço externo.
- Atividades pedagógicas que constroem aprendizagem e amplia seus conhecimentos e desenvolvimento das crianças;

### **Rotina das Crianças**

- Chegada das crianças, acolhimento;
- Café da manhã;
- Atividade pedagógica

- Hora do lanche;
- Atividade pedagógica
- Sono, descanso;
- Almoço;
- Retorno as atividades
- Atividade pedagógica
- Hora do lanche;
- Atividade pedagógica;
- Descanso, soninho;
- Janta;
- Saída.

## **12-ADAPTAÇÃO**

O período de adaptação representa um momento delicado, marcado por sentimentos diversos como ansiedade, insegurança, alegria, entre outros, que variam de intensidade conforme as particularidades de cada criança e de seu contexto familiar. Por isso, a adaptação é um processo único para cada criança.

Esse processo depende diretamente da atuação sensível e atenta dos educadores, que devem conhecer as necessidades básicas, as características do desenvolvimento infantil e possuir informações sobre a saúde, higiene e alimentação da criança. Cabe à família fornecer esses dados aos educadores, estabelecendo assim uma parceria de confiança desde o início.

A adaptação será realizada de forma gradual, em etapas, com a organização de pequenos grupos e horários definidos pelos educadores. Essa dinâmica visa garantir que cada criança se sinta segura, acolhida e confiante em seu novo ambiente, favorecendo um processo de integração mais tranquilo e respeitoso com o seu tempo.

## **13-COMEMORAÇÕES/ EVENTOS E REUNIÕES**

Com o objetivo de fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade, a EMEI Pingo de Gente promove eventos especiais ao longo do ano letivo, buscando criar momentos de confraternização entre pais, responsáveis, crianças e equipe escolar. A participação das famílias nesses momentos é de extrema importância, pois contribui para o sentimento de pertencimento, reforça a parceria educativa e valoriza o trabalho pedagógico desenvolvido.

As confraternizações são organizadas pela escola e incluem datas comemorativas significativas, como: Dia das Mães; Dia dos Pais; Festa Junina; Dia das Crianças; Dia do Professor; Confraternização de Final de Ano.

Esses eventos são planejados de forma coletiva pela equipe pedagógica, respeitando os objetivos educativos da instituição e considerando a realidade de cada turma. As definições sobre formato, conteúdo e cronograma são feitas de forma colaborativa.

Além das confraternizações, ao término de cada projeto pedagógico realizado pelas turmas, são organizadas apresentações dos trabalhos desenvolvidos. A data de cada apresentação é decidida em equipe e registrada no calendário escolar, promovendo visibilidade às aprendizagens e possibilitando a participação da família no cotidiano escolar.

## **14-ACESSO DE PAIS E RESPONSÁVEIS A ESCOLA**

Com o objetivo de preservar o bom andamento das atividades pedagógicas e garantir a qualidade do atendimento oferecido às crianças, não será permitida a permanência de pais ou responsáveis nas dependências da escola durante o período de aula. Essa medida visa evitar interferências na rotina, reduzir possíveis transtornos e facilitar o processo de adaptação e autonomia das crianças, especialmente no que se refere à compreensão do momento de separação da família.

Exceções serão feitas apenas em situações específicas, como atividades coletivas previamente planejadas no calendário escolar. Nesses casos, os pais poderão participar mediante convite formal da instituição, dentro da proposta pedagógica e em momentos organizados para essa integração entre escola e família.

As normas aqui estabelecidas visam o bem-estar das crianças e o bom funcionamento institucional. Todas as orientações e regras seguem o que está previsto em leis e documentos legais que regem a educação infantil. Situações excepcionais serão avaliadas pela equipe gestora e, quando necessário, encaminhadas ao órgão competente.

## **15-ALIMENTAÇÃO**

Estimular a alimentação e oferecer refeições ricas e variadas contribui para ampliar o paladar das crianças e possibilita o contato com novos sabores. Assim como em toda a rede municipal, nossa escola garante uma alimentação saudável e equilibrada, promovendo o crescimento e o bem-estar infantil por meio da oferta de alimentos com os nutrientes necessários.

O momento das refeições é também um tempo de partilha e interação, com um ritmo próprio. Durante esse período, professoras e atendentes devem estar atentos às necessidades de cada criança, incentivando de forma contínua e acolhedora o consumo de novos alimentos. A seletividade alimentar é comum na infância, e o avanço nesse processo ocorre com paciência, afeto e oferta gentil.

O cardápio é elaborado e supervisionado por uma nutricionista da rede municipal e é disponibilizado mensalmente às famílias. Caso necessário, é possível agendar uma reunião com a profissional para esclarecimentos ou orientações específicas.

Todas as refeições são preparadas e consumidas dentro da própria unidade educativa. Por esse motivo, não é permitido que pais ou responsáveis enviem alimentos de casa, já que a alimentação oferecida segue critérios nutricionais definidos por especialistas ou por indicação médica.

Em situações que exigem uma alimentação diferenciada, mediante prescrição médica, a escola — em parceria com a nutricionista — poderá realizar substituições com alimentos já disponíveis na unidade ou com fórmulas especiais, como leites específicos.

A oferta da alimentação escolar é assegurada pela Lei nº 11.947/2009, que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e prevê o fornecimento de alimentação escolar como direito dos estudantes da educação básica pública. Esse programa orienta que a alimentação oferecida deve respeitar os hábitos alimentares regionais, a faixa etária e as necessidades nutricionais das crianças, promovendo o crescimento saudável e a prevenção de doenças.

No contexto da Educação Infantil, a escola deve:

- Oferecer refeições equilibradas, elaboradas por nutricionistas, respeitando restrições alimentares e necessidades específicas;

- Incentivar a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de práticas pedagógicas que envolvam o manuseio, o reconhecimento e o respeito aos alimentos;
- Trabalhar de forma lúdica e significativa temas como higiene, alimentação, saúde bucal e cuidados com o corpo;
- Promover ações educativas em saúde, em parceria com a rede pública de saúde, incluindo atividades preventivas e informativas para crianças, famílias e educadores;
- Estimular a autonomia e o prazer na alimentação, respeitando o tempo de cada criança e evitando práticas coercitivas ou punitivas durante as refeições;
- Envolver as famílias nas discussões sobre alimentação e saúde, reforçando a corresponsabilidade no cuidado e na formação de bons hábitos.

A articulação entre educação, alimentação e saúde contribui para o desenvolvimento integral da criança, conforme propõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Assim, a escola torna-se um espaço privilegiado de promoção da vida saudável e da valorização da alimentação como ato educativo e cultural.

## **16-AGENDA**

Cada criança deve ter sua própria agenda, que será o principal canal de comunicação entre a escola e as famílias. Nela serão registradas informações sobre a rotina diária da criança, bem como recados e orientações importantes.

É essencial que as famílias consultem a agenda todos os dias e assinem as anotações, demonstrando ciência do que foi comunicado. A agenda deve acompanhar a criança durante todo o ano letivo e também poderá ser utilizada pelos responsáveis para enviar mensagens às professoras e atendentes do grupo em que a criança está inserida.

Embora outros meios de comunicação, como o WhatsApp, possam ser utilizados, sua utilização será preferencialmente destinada a situações emergenciais ou de caráter urgente.

Manter uma comunicação constante e eficaz entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento e bem-estar da criança.

## **17-DESFRALDE**

O desfralde é uma etapa marcante no desenvolvimento infantil e deve ser vivenciado pela criança de forma tranquila, acolhedora e segura. Por ser um processo individual e significativo, ele deve começar preferencialmente em casa, com o acompanhamento da família, e ser comunicado à unidade educativa, que dará continuidade com observação, incentivo e cuidado.

É comum que o desfralde gere ansiedade tanto na criança quanto em seus familiares ou responsáveis. Por isso, é fundamental não apressar esse processo. Ao contrário: a criança deve ser encorajada a utilizar o banheiro e reconhecida positivamente a cada conquista, fortalecendo sua autoconfiança e autonomia no controle corporal.

Situações lúdicas relacionadas ao uso do banheiro são aliadas importantes nesse momento e devem ser incentivadas tanto na escola quanto em casa. O controle dos esfíncteres — músculos

responsáveis pelo xixi e cocô — envolve aspectos biológicos, emocionais e cognitivos, por isso é essencial respeitar o tempo de cada criança, considerando suas particularidades e o sentimento de segurança que ela precisa para iniciar e concluir essa fase.

Na unidade educativa, o desfralde acontece de forma espontânea, a partir do interesse e da disponibilidade das crianças e suas famílias. A equipe pedagógica promove estímulos por meio do uso dos banheiros adaptados ao tamanho infantil, que favorecem a autonomia, e cria oportunidades de socialização com outras crianças já desfraldadas. Esses momentos coletivos, mediados com acolhimento e afeto, reforçam o sentimento de segurança e conforto necessários para o sucesso do processo.

Reconhecendo o desfralde como uma experiência importante e delicada, a escola se compromete a conduzi-lo com responsabilidade, empatia e respeito à individualidade de cada criança.

## **18-MOMENTO DO SONO/DESCANSO**

Na escola, além das experiências de aprendizagem por meio das brincadeiras, interações e socializações, o sono diurno é compreendido como parte essencial do desenvolvimento e crescimento infantil. O descanso não apenas proporciona relaxamento, mas também contribui significativamente para o bem-estar físico, emocional, motor e cognitivo das crianças que permanecem em período integral. Renovar as energias possibilita uma participação mais ativa nas atividades e brincadeiras da parte da tarde.

É fundamental que o ambiente destinado ao repouso seja cuidadosamente preparado: um espaço aconchegante, calmo, com música suave e cortinas nas janelas que controlem a entrada de luz. As professoras e os professores devem se revezar no cuidado com cada criança, oferecendo carinho e atenção individualizada, sem distinções.

O momento de descanso deve respeitar as necessidades e ritmos de cada criança. Assim como não há um horário exato para acordar, também não deve haver imposição para dormir. O despertar, quando acontece, precisa ser acolhedor e respeitoso — pode começar com a abertura suave das cortinas e com conversas que despertem o interesse por novas descobertas.

Na EMEI, o sono/descanso acontece nas salas de referência, organizadas previamente para garantir conforto, segurança e tranquilidade. Durante esse período, há sempre a presença de um professor ou atendente, reforçando o cuidado e a atenção aos pequenos.

Mas o que fazer quando a criança não quer dormir? Mesmo com um ambiente calmo e acolhedor, e a presença afetuosa dos profissionais, algumas crianças podem não sentir sono ou não conseguir adormecer. Nesses casos, é importante oferecer alternativas tranquilas, como a escuta de uma história ou o uso de brinquedos silenciosos, que não interfiram no descanso das outras crianças. Embora saibamos dos benefícios do sono, não é possível forçar uma criança a dormir — o mais importante é respeitar seu tempo e sua individualidade.

## **19-CALENDÁRIO ESCOLAR**

O calendário escolar é definido a partir da legislação estabelecida em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), onde diz que: “A lei determina, como regra básica para a organização regular dos currículos anuais, uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar a serem cumpridos por todas as instituições de ensino que ofertam a Educação Básica.”

A lei ainda prevê que o calendário escolar deve ser flexível, de modo a se adequar a todas as necessidades dos alunos, tocando por exemplo em aspectos no que tange às peculiaridades locais, climáticas e econômicas da sociedade na qual se aplica.

É um documento que serve de modelo para a organização e planejamento da escola. Além disso, ele contribui para a satisfação dos pais, que podem se organizar para reuniões, eventos e recessos escolares, nele precisa conter todos os dias letivos, identificar os feriados, férias de professores e alunos e conter informações referentes às reuniões de pais ou professores.

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É elaborado em conjunto coletivamente com o corpo administrativo e docente: Direção, Secretária, Coordenação, pedagógica e Professores. O calendário escolar fixa o início e término do ano letivo, período de matrículas, datas comemorativas, datas de reuniões pedagógicas, período de recesso e férias e é elaborado pela rede municipal de ensino do município de Itapuca RS.

De acordo com artigo 3º da Resolução Nº 01 de 04 de junho de 2025, do Conselho Municipal Educação de Itapuca, a Educação Infantil, etapa de creche, poderá atender seus alunos durante todo o ano, sendo responsabilidade da mantenedora estabelecer períodos de recesso escolar, comunicando antecipadamente os pais, ainda, a Educação Infantil, etapa da pré-escola terá carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, de acordo com o calendário escolar elaborado pela mantenedora.

## **20-AULAS REMOTAS E OU ENSINO HÍBRIDO**

Em tempos de Pandemia em que for decretado Isolamento Social a Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente adotará sistema de Ensino Remoto ou Híbrido, conforme exigências dos órgãos competentes ou aquele decretado pela administração Municipal, respeitando sempre as 800 horas-aulas exigidas pela legislação vigente.

## **21-BUSCA ATIVA E SISTEMA FICAI**

As famílias com crianças em idade pré-escolar (4 a 5 anos) devem comunicar à unidade educativa sobre as faltas e justificá-las mediante apresentação de atestado médicos. Caso isso não aconteça e a criança acumule 5 dias consecutivas de faltas ou 7 alternadas no mês, a unidade educativa entrará em contato através da busca ativa, e posteriormente incluirá o nome da criança no sistema FICAI 4.0 que é uma plataforma digital que visa combater a infrequência escolar, a evasão e o não acesso à educação por meio da comunicação e acompanhamento de alunos que estão fora da escola.

## **22-NORMAS DE CONVIVÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

As normas de convivência têm a finalidade de constituírem-se em reguladores que possibilitem relações interpessoais entre os sujeitos que integram a comunidade escolar e, principalmente, que venham a garantir os direitos das crianças. A expressão das Normas de Convivência do Projeto Político Pedagógico da escola refere-se ao trato e cuidado que os adultos precisam dispensar às crianças. Compreende-se por adultos na Escola de Educação Infantil: a equipe gestora, os professores, os assistentes de educação infantil, os funcionários da alimentação e limpeza, os

pais ou responsáveis. Todas as ações na escola devem primar pelo respeito mútuo, diálogo, bem estar do outro, pautadas na legislação vigente.

As normas de convivência serão regulamentadas no Regimento Escolar.

## **23- FUNÇÃO SOCIAL**

A responsabilidade social da EMEI é de suma importância para o desenvolvimento integral da criança, valorizando os conhecimentos adquiridos e proporcionando novas possibilidades de desenvolvimento. Trazendo a função pedagógica interligada, conscientizando o corpo docente do trabalho cultural com a realidade que deve ser aliado ao processo de cuidar e educar. A função social da EMEI é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários ao desenvolvimento integral do indivíduo.

A infância é uma etapa muito importante para o indivíduo porque ele passa por uma adaptação progressiva ao meio físico, cujo objetivo é o equilíbrio entre o EU, o OUTRO e o NÓS. Segundo PIAGET (1985), educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente. Cabe a Educação Infantil, então, propiciar essa inter-relação da criança com o mundo, de maneira lúdica e prazerosa, de forma a possibilitar que este equilíbrio seja desenvolvido por ela e cujas conquistas refletirão por toda sua vida.

Segundo a LDB, artigo 29, a Educação infantil primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade.

Os professores da instituição são em maior parte efetivos, todos com graduação em pedagogia e alguns com especializações, profissionais devidamente capacitados para exercerem suas funções dentro da instituição e preparados para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a formação que contemple os direitos de aprendizagem das crianças. Temos o atendente de sala que cuida da higiene da criança e auxilia o professor nas atividades pedagógicas. Uma vez por semana, as turmas recebem o atendimento especializado de professores itinerantes. A Creche tem uma rotina específica para cada turma, respondendo e atendendo as necessidades individuais. As turmas utilizam o espaço do refeitório para as refeições, cada uma em seu horário, respeitando a um cronograma diário. A merenda escolar segue orientações da nutricionista, que fica a disposição na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Nas palavras de Abramowiz (1995, p. 39): "A creche é um espaço de socialização de vivências e interações". Neste espaço as interações traduzem-se por atividades diárias que as crianças realizam com a companhia de outras crianças sob a orientação de um professor. A partir da compreensão de que estas situações contribuem para o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, é possível o professor e demais profissionais da Educação Infantil redimensionar a sua prática pedagógica e ressignificar o papel da interação na educação infantil. A E.M.E.I Pingo de Gente também tem como missão adotar como eixo integrador as ações de Educar e Cuidar, brincar e Interagir, pois entende-se que essas ações são indissociáveis do cotidiano infantil, de acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica, 2014 p, 31.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a educação infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, considerando assim a sua primeira etapa, a educação Infantil passar a ser de 0 a 5 anos de idade. Os Marcos legais, a instância social definida nas Diretrizes e na BNCC, dispõe que a educação infantil é tida como um direito a ser assegurando a criança, sendo obrigatória para crianças de 0 a 5 anos de idade, exercendo a função social de cuidar e educar do desenvolvimento integral de cada criança e com o dever de assegurar a efetivação dos direitos de aprendizagens e desenvolvimento das crianças.

## **24-AS MARCAS DO TEMPO: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO.**

A EMEI Pingo de Gente surgiu por meio de uma importante parceria entre o Governo Federal, por meio do FNDE/Programa Proinfância, e a Prefeitura Municipal de Itapuca. Tratou-se de um projeto piloto em nível nacional, implantado no ano de 2013/2014. Essa conquista representou um marco significativo para o município, pois foi a primeira creche inaugurada e a primeira experiência de oferta de ensino em tempo integral para crianças de até seis anos em Itapuca.

A maioria dos professores que iniciaram o trabalho ali, já possuíam formação no magistério e, desde o início, demonstrou grande mobilização e interesse em compreender como seria, na prática, o trabalho com bebês e crianças pequenas. Mesmo antes da inauguração da escola, havia um forte desejo coletivo de fazer parte dessa nova experiência. Ao receberem o convite para integrar a equipe gestora e docente, os profissionais, entusiasmados, começaram imediatamente a buscar informações e formações sobre a educação infantil.

Com o compromisso de atuar com responsabilidade e segurança, muitos iniciaram estudos voltados à compreensão das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas à educação e ao cuidado de crianças na primeira infância — entendendo que o "cuidar" também é parte essencial do processo educativo. Enquanto alguns se aprofundaram na teoria por meio de formações e leituras, outros buscaram aprender na prática, com base na observação e na troca de experiências. Diariamente, realizavam encontros e reflexões coletivas, visando atuar com competência e transmitir confiança às famílias.

Nesse período, foram elaborados os principais documentos institucionais da escola, fundamentais para a organização e condução do trabalho pedagógico. Entre eles, destacam-se: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, além dos planejamentos em diferentes níveis — anual, semestral e semanal — que orientam as ações educativas de forma estruturada e alinhada aos objetivos da educação infantil.

No início dos trabalhos e durante os preparativos para as primeiras matrículas, a comunidade demonstrou certa resistência em aceitar o novo espaço. Por se tratar da primeira escola infantil do município, a falta de informação por parte das famílias, as condições sociais da época e, sobretudo, a influência negativa da mídia — com reportagens que denegriam a imagem das creches em diversos estados do país — contribuíram para que muitas pessoas duvidassem que esse espaço pudesse, de fato, oferecer acolhimento, cuidado e educação de qualidade para seus filhos.

Apesar dessas dificuldades iniciais, a equipe, cheia de expectativa e compromisso, não se deixou abater. Pelo contrário: com empenho e dedicação, iniciou-se uma busca ativa por alunos, realizando visitas domiciliares para orientar as famílias sobre a importância da creche — tanto para o desenvolvimento das crianças quanto para o apoio às famílias que precisavam trabalhar. Foi apresentado às famílias um espaço seguro, com alimentação adequada, cuidado e educação, no qual poderiam confiar e deixar seus filhos com tranquilidade.

Graças a esse trabalho de sensibilização e conscientização, conseguimos efetivar as primeiras matrículas e dar início a um trabalho sério, acolhedor e comprometido com a infância. Hoje, a E.M.E.I. Pingo de Gente é referência em educação infantil, reconhecida não apenas em nosso município, mas também em cidades vizinhas, pela qualidade, responsabilidade e dedicação nos serviços prestados.

## **25- QUANTIDADES DE ALUNOS QUE INICIOU NA EMEI**

Todo início de qualquer trabalho, é normal que se tenha algumas dificuldades, essas vão aparecendo ao longo do processo. À medida que se avança no fazer diário vão aparecendo as lacunas que necessitam de preenchimento. Assim, surgiram dificuldades como: O desafio do fazer pedagógico na prática, por ser uma experiência nova para todos os envolvidos, falta de materiais pedagógicos suficientes para a demanda de crianças e dos profissionais, suporte de pessoal, uma equipe pequena para a quantidade de crianças, mobiliário em parte inadequado para a faixa etária das crianças, e por fim, a dificuldade de transformar o que se sabia em teoria, colocar na prática. Todo esse processo foi passando e tomando forma, na busca e troca de informações com cidades vizinhas que já tinham experiência com o ensino de creche, como também o suporte do programa Proinfância que contribuiu bastante para ir sanando os problemas pedagógicos através da formação e estudos.

Os primeiros projetos desenvolvidos pela EMEI Pingo de Gente foram pensados com foco no acolhimento, na integração e na valorização da cultura local. O primeiro deles foi o Projeto de Adaptação, voltado para a acolhida das crianças, famílias, funcionários e de toda a comunidade escolar, garantindo uma transição segura e afetuosa no início da vida escolar.

Em seguida, foi implementado o projeto Família na Escola, com o objetivo de fortalecer a parceria entre a instituição e as famílias, reconhecendo a importância da participação ativa dos responsáveis no processo educativo e no bom andamento das atividades pedagógicas.

Outro projeto de grande relevância foi o Projeto Junino, voltado ao resgate e valorização das tradições culturais da comunidade. Por meio de apresentações de quadrilhas, músicas típicas e demais atividades culturais, o projeto também fortaleceu os vínculos entre a escola e as famílias, além de oportunizar a socialização das experiências vividas pelas crianças em seu cotidiano escolar.

Todo o trabalho desenvolvido pela instituição segue as orientações dos documentos educacionais vigentes no país, bem como as diretrizes da Secretaria de Educação. Além disso, fundamenta-se em estudos teóricos realizados nas formações docentes, promovidas em diferentes espaços e momentos e as formações oferecidas pelo município.

Como resultado desse processo formativo contínuo, diversas apresentações e culminâncias têm sido realizadas ao longo dos anos, evidenciando o potencial, a aprendizagem e o desenvolvimento de cada turma, de cada criança e dos profissionais envolvidos. Em geral, essas culminâncias ocorrem ao final de projetos ou sequências didáticas, e têm como propósito apresentar uma síntese significativa do percurso vivido, valorizando os processos de construção do conhecimento.

O reconhecimento das famílias do trabalho realizado na EMEI Pingo de Gente, veio de imediato, pelo cuidado, educação, carinho, aconchego e dedicação de toda a equipe. Em pouco mais de três meses, a procura por vagas triplicou, muita demanda sem espaço físico para comportar tantas crianças, necessitando adequar uma sala a mais para atender às crianças no turno integral. Momento muito gratificante, pois, foi com muita luta, trabalho, dedicação, esforço físico e mental que se elevou o nome da instituição.

A EMEI Pingo de Gente, tem o seu trabalho pautado sempre nos documentos vigentes, BNCC, RMC (Referencial Municipal Curricular), entre outros que rege a educação do país, bem como orientações da Secretaria de Educação. Trabalhamos com Projetos institucionais, projetos didáticos, e sequências didáticas, que permitem a colheita de bons frutos.

## **26- CONCEPÇÃO PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**

### **26.1 Concepções Institucional De Ser Humano**

Pensar na concepção de ser humano hoje é preciso ter consciência acerca da situação da sociedade atual e do ser humano em diversos contextos como: na família, escola, mundo do trabalho, da participação social, política, cultural, tecnológica e do lazer e em qual desses contextos moldou a formação e construção deste ser. Neste sentido, a contribuição da sociedade é fortemente marcante para crescimento e construção do ser humano e neste processo está em constante formação, crescimento e transformação.

Assim, os meios tecnológicos e sociais, as mídias digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano do ser humano, contribuindo assim, para formação de novos conhecimentos. E as escolas neste contexto devem viabilizar, e oportunizar meios que contribuem para formação e crescimento de um ser humano capaz de se inserir as novas transformações na sociedade atual.

Dessa forma, Gadotti diz que:

É através do contato com o ambiente que esse ser humano vai desenvolvendo a capacidade cognitiva, afetiva, autoestima, raciocínio lógico, o pensamento e a linguagem. Linguagem esta permeada tanto para as crianças, como para os adolescentes pelas mídias digitais, não excluindo a necessidade da convivência presencial. As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Além da casa, a escola e o espaço social são educativos. O ciberespaço rompeu a ideia de tempo próprio para aprender. O tempo de aprender é hoje e sempre. E só se aprende com o que faz sentido. Para a criança, o brincar é o aprender. (GADOTTI, 2009, p.106)

Ao reconhecer o ser humano como sujeito de possibilidades, a educação contribuirá para a formação de pessoas criativas, capazes de libertar o potencial da mente para conceber novas ideias, desenvolvendo a sua autonomia que se relaciona às experiências de vida. Assim, pensando na formação do ser humano através dos trabalhos e ensino integral no espaço da escola hoje, está ligada à construção e consciência do ser humano melhor, de um cidadão altruísta, cujo olhar seja sensível para as necessidades do mundo, que saiba lidar com as dificuldades, que pense antes de suas decisões, que seja capaz de aprender a aprender e de lidar com firmeza diante dos avanços tecnológicos, como um cidadão competente, solidário e prestativo. Dessa forma, a EMEI tem um papel muito importante na contribuição da construção de um ser histórico-crítico social, capaz de desenvolver habilidades cognitivas e no desenvolvimento de suas habilidades.

### **26.2 Concepção De Sociedade**

Dignidade e direito são alguns dos princípios fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Entretanto, a desigualdade social, cultural e econômica se evidencia a cada instante. A cada dia aumenta o número de pessoas destituídas do mínimo necessário para sua sobrevivência: são os sem tetos, sem terras, sem emprego, sem educação, sem cidadania. Cidadania entendida pela filosofia alemã Hannah Arendt, acima de tudo, o direito de ter direitos”: de trabalhar, de ser respeitado, de suprir suas necessidades básicas e de estudar.

Freire propõe a criação de uma sociedade ideal:

“...criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que está. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das classes populares sempre desprotegidas e minimizadas e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados ‘bem-nascidos (Freire, maio de 1991, apud Gadotti, 1996, p. 103).

Concebe-se por sociedade uma organização mais justa, livre, pacífica, participativa e solidária. Uma sociedade que tenha consciência dos aspectos políticos, moral, educacional e cultural. Portanto, concebemos por sociedade, um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas diferenças sejam quais forem. A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, que consiste em formar cidadãos conscientes, conhecedores da sua realidade e capazes de nela interferir sendo sujeitos da história, segundo Paulo Freire:

“O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialéticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente” (Freire, 2000, p. 85).

### **26.3 Concepção De Cultura**

Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessita desta forma cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo. Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às questões mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc. É papel da educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação. Respeitando e valorizando por meio do diálogo, o que o aluno já sabe:

“Como educador, preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo ‘leitura do mundo’ que precede a ‘leitura da palavra’ (Freire, 2000, p. 83).

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e democrático, que estimule a aprendizagem, valorizando a cultura popular, porém dando as condições necessárias para que o aluno faça a passagem do saber popular para o saber sistematizado, acumulado historicamente. Na EMEI Pingo de Gente trabalhamos vários projetos de conhecimento e valorização das culturas indígenas, afros descendentes, assim, conseguimos bons resultados na aprendizagem e envolvimento de toda comunidade escolar.

## **26.4 Concepção De Ciências**

A palavra "ciência" vem do latim "scientia", que significa "conhecimento". Por isso é correto dizer que você "tomou ciência" quando tomou conhecimento de alguma coisa que aconteceu de um fato.

No sentido mais específico da palavra, a ciência é aquele tipo de conhecimento que busca compreender verdades ou leis naturais para explicar o funcionamento das coisas e do universo em geral. É por isso que cientistas fazem observações, verificações, medições, análises e classificações, procurando entender os fatos e traduzi-los para uma linguagem estatística. E é aí que entra o método científico.

E não podemos esquecer que, quando falamos em "ciência", não estamos falando apenas das ciências exatas ou biológicas— as ciências humanas também existem e tratam do comportamento do ser humano na sociedade. Contudo, nas ciências humanas nem sempre são usados os mesmos métodos das demais ciências, mas ainda assim mantêm o rigor do caráter científico em suas pesquisas e observações.

A Ciência contribui com a compreensão das inter-relações e transformações manifestações em nosso meio, fazendo parte das nossas vidas de uma maneira mais íntima do que muitos imaginam, e ter acesso ao conhecimento científico é essencial para a construção de um mundo cada vez melhor.

Dessa forma, a ciência também é motivada pelas necessidades da sociedade, podemos perceber nas transformações e avanços históricos na sociedade, assim, entendemos então que a escola tem a função social muito importante de garantir e contribuir para o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade. Nereide Saviani afirma que “a ciência merece lugar destacado no ensino como meio de cognição e enquanto objeto de conhecimento”, ou seja, ao mesmo tempo em que eleva o nível de pensamento dos estudantes, permite-lhes o conhecimento da realidade, enchentes, chuvas, calor, o que é indispensável para que não apenas conheçam e saibam interpretar o mundo em que vivem, mas com isto saiba nele atuar e transforma-lo.

São evidentes os avanços da Ciência juntamente com a Tecnologia na sociedade, assim, devemos a todo o momento trazer de forma estratégica e lúdica para a escola os saberes científicos, a fim de contemplar os conhecimentos para tornarem sujeitos críticos exercendo seu papel na sociedade.

## **26.5 Concepção De Tecnologia**

Ao pensarmos em tecnologia como um desenvolvimento que ocorre em todos os segmentos da sociedade, logo se acredita que ela tem modificado o trabalho pedagógico no interior das escolas, no entanto o que se observa é a falta de tecnologia, evidenciando cada vez mais as desigualdades sociais, pois aos nossos alunos, é negado o acesso ao avanço do conhecimento, tanto no sentido de usufruir, quanto na oportunidade de participar da elaboração desses conhecimentos.

O avanço tecnológico é resultado do trabalho do homem, que modifica sua vida, na questão da produção de bens e serviços, bem como no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes. É por meio do processo educativo, que se desenvolve a capacidade criadora do homem, portanto pensamos que a creche deve estar a serviço de buscar metodologias que facilitem a aprendizagem, buscando dar condições para que o aluno tenha acesso e participe do avanço tecnológico. Segundo Freire: “O uso de computadores no processo de ensino aprendizagem em

lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas” (Freire, 2000(a), p. 98).

Imaginamos por tecnologia uma ferramenta sofisticada, que deve ser usada no contexto educacional, visando não apenas o aparato tecnológico de construção, mais também a busca para novas ferramentas de conhecimento e aprendizagens, estando a serviço de combater as desigualdades sociais, assegurando o acesso de todos ao avanço do conhecimento produzido pelos homens, sabemos que muitas vezes a realidade de cada instituição é diferente e isso muitas vezes nos limita ao acesso na busca das tecnologias.

No ano de 2020, mais do que nunca percebemos o quanto precisamos dessa inovação e de aparatos tecnológicos para suprir as necessidades do momento que antes em sua maioria usávamos apenas recursos manuais de forma presencial, hoje estamos nos reinventando e buscando cada vez mais conhecimentos sobre as tecnologias para garantir os direitos de aprendizagens das crianças neste período de atividades remotas.

## **26.6 Concepção De Trabalho**

O trabalho é uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção de bens e serviços necessários à vida. O homem em toda a sua existência está voltado para o trabalho, é pelo trabalho que o homem se dignifica como pessoa, se projeta perante a sociedade e garante sua subsistência e de sua família intimamente de vários fatores: cultura, sociedade, homem, mundo, conhecimento, tecnologia, educação, cidadania, ciência. É necessário que haja um comprometimento para a obtenção dos objetivos. No trabalho e em suas relações é preciso buscar o despertar do interesse no homem cidadão, do conhecimento para a construção diferenciada e atualizada, desenvolvendo a mentalidade de homem pensante e criativo, capaz de interferir na sociedade para buscar não apenas respostas, mas também soluções para os problemas.

Para que o homem conquiste a cidadania é preciso que a educação forneça subsídios para que ele desenvolva a compreensão de sua própria existência, compreenda que pelo trabalho é possível não apenas suprir suas necessidades de consumo, mas também que o trabalho está diretamente ligado à sua realização pessoal, que esteja motivado para buscar novas alternativas para atender as demandas, que seu trabalho seja humanizado, que traga satisfação a si e aos outros e que pelo trabalho ele conquiste sua independência intelectual e financeira.

Pensando nisso é preciso que a Creche desperte no ser humano desde criança um novo conceito de trabalho, para que este compreenda que pelo trabalho o homem desenvolve a compreensão de si mesmo e a realização pessoal e é o caminho necessário para a construção da dignidade e da cidadania.

No trabalho educativo, o fazer e o pensar entrelaçam-se dialeticamente, é nesta dimensão que está a formação do homem.

## **26.7 Concepção De Educação**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22 define: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A educação fundamental, segundo a Constituição Federal é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade.

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Para o autor brandão, não existe um modelo para se educar, não existe uma única maneira. A educação ocorre a partir do momento em que se observa, entende, imita e se aprende; e este processo não ocorre somente dentro de uma sala de aula, onde existe um professor, formado para educar. Em todos os povos, em todas as classes, a aprendizagem está presente, de várias maneiras.

## **26.8 Concepção De Currículo:**

Para início das reflexões, precisamos compreender que o currículo se trata de um documento inacabado e que o mesmo está sempre em um processo de construção e avaliação norteadas pelas vivências e experiências adquiridas no processo educativo , dessa forma, o currículo é um instrumento socio educacional que visa à mediação dos processos formativos.

Diante dessas reflexões, a concepção de currículo inclui, portanto, desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relacionam princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação.

Nos documentos oficiais do Ministério da Educação, entre eles as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil de 2009 – DCNs e o documento Práticas Cotidianas na Educação Infantil: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares, muitos princípios da do currículo holístico (integral) aparecem. Nas DCNs está posto que o currículo é: um conjunto de práticas que buscam articular os saberes e experiências das crianças com o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança.

Ou seja, currículo não é aquele que se define a limitações, mas aquele que é vivenciado com as crianças a partir de seus saberes, manifestações, articulado com aquilo que consideramos importante que elas conheçam das suas vivências.

O currículo é vivo, é ação, é prática que se manifesta no cotidiano das nossas ações com as crianças e que articulam com quem elas são o que pensam o que sabem, com aquilo que desejamos que elas aprendam.

Currículo vai além dos planejamentos, da rotina, dos materiais que disponibilizamos para as crianças, as experiências com as linguagens verbais e não verbais que lhes serão proporcionadas, o modo como vamos recebê-la, nos despedir delas, trocá-las, alimentá-las durante seu Período na instituição.

O modo como oferecemos todas essas práticas tem por trás um conjunto de concepções e ideias sobre a finalidade da educação, a maneira como os sujeitos aprendem, o que se deseja que eles aprendam que tipo de homem queremos formar e para qual tipo de sociedade. Por isso, trata-se de uma prática complexa, com diversas perspectivas e pontos de vista. Ele é vivido permanentemente pelos sujeitos em seu processo de educação, através das condições e contextos concretos. Por serem sujeitos, as crianças atribuem sentido ao que nós a oferecemos: se manifestam o tempo todo: seja se submetendo, se envolvendo, resistindo, aceitando as propostas, recusando. Nesse sentido, devemos apurar o nosso olhar: como as crianças têm recebido nossas propostas? Como tem se manifestado?

Atualmente a EMEI Pingo de Gente, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, visando um trabalho voltado a socialização, ao cuidar e ao educar simultaneamente, priorizando todos os aspectos, desde o físico, o psicológico, o intelectual ao social e ainda complementando-se com a ação familiar e comunidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, em seu Art. 29. Nesse sentido, temos como princípio compreender a infância e reconhecer a criança, numa perspectiva de educação para a cidadania, garantidos nos termos dos artigos 29 e 30 da LDB 9.394/96, a Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, e social, embasando-se também, os 6 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação estabelecidos na BNCC:

**Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

**Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

**Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

**Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

**Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

**Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

### **26.8.1 Fundamentos De Currículo:**

Segundo BARROS, (1996, p.43) em sentido amplo o currículo abrange todas as experiências escolares. É o conjunto das experiências de aprendizagem planejadas, o currículo guia as atividades educativas da instituição de ensino, definindo suas intenções e proporcionando ações adequadas e úteis, para o ensino/aprendizagem, mediados pelos professores, que são diretamente responsáveis por sua execução. Dessa forma, o currículo proporciona informações sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar como também como e quando avaliar. De acordo com o Sales e Faria:

"A organização intencional do trabalho de cuidar dessas crianças e de educá-las, os professores devem ter como perspectiva possibilitar que as crianças vivenciem experiências diversas, por meio das quais tragam e ampliem seus saberes e aprendam determinados conhecimentos e valores da cultura, adequando a prática pedagógica às necessidades específicas e às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem delas". (2012, p.69)

A EMEI Pingo de Gente trabalha com projetos e sequencias didáticas, através dos campos de experiências com base na BNCC, DCM e nas Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2013, p. 4), que nos diz que “o foco do trabalho institucional vai em direção à ampliação de conhecimentos e saberes, de modo a promover igualdade de oportunidade educacional às crianças de diferentes classes sociais”.

De acordo com o DCNEB (2013 p.99, Art. 9º) as práticas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam:

- O conhecimento e cuidado de si, do outro, do ambiente.
- Brincar e imaginar.
- Exploração da linguagem corporal
- Exploração da linguagem verbal.
- Exploração da natureza e da cultura.
- Apropriação do pensamento matemático
- A expressividade das linguagens artísticas (artes visuais, música, dança, jogos dramáticos).

Portanto, trabalhamos com os campos de experiência, ou seja, com diferentes linguagens como o faz de contas, ler e contar histórias, jogos e brincadeiras usando a área externa e interna, possibilitam experiências de imaginar, de brincar, de explorar diferentes espaços e linguagens, de maneira diferente, através do lúdico, envolvendo a criança em seu universo infantil e a partir do interesse e curiosidade dela.

Diante disso A EMEI Pingo de Gente procura proporcionar as nossas crianças a oportunidade de pensar, refletir e relacionar através das atividades que favoreçam a investigação, experimentação desenvolvimento social e individual, respeitando suas diferenças individuais, o seu ritmo de desenvolvimento e interesse, através de um planejamento onde proporcione um ensino-aprendizagem de qualidade.

## **26.9 Concepção De Gestão Democrática**

A escola é um organismo vivo, em que pessoas trabalham e interagem entre si para atingir um objetivo em comum. Sendo comprometida em garantir a qualidade do ensino que promova a aprendizagem de seus alunos, supera o modelo de organização, administração e gestão pautado na centralidade de decisões de uma pessoa – neste caso o diretor – para um modelo democrático participativo. Nessa perspectiva, as decisões são tomadas de forma coletiva e o papel do gestor é fazer com que, depois de tomadas, as decisões sejam postas em prática.

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da gestão democrática. A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais

funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

A gestão democrática deve ser entendida como um processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes à política educacional e social no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pelo Sistema Municipal de Ensino.

A gestão democrática da EMEI tem por finalidade possibilitar aos profissionais e comunidade escolar, maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Dessa forma, a gestão democrática tem o objetivo de propiciar meios para a participação dos profissionais da instituição na elaboração do projeto político-pedagógico, garantir a participação da comunidade escolar, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

As funções de Diretor e Vice-Diretor de Escola constituem cargos de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. Entretanto, para cumprimento do inciso I do § 1º do artigo 14 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o provimento desses cargos deverá ocorrer com base na análise de critérios técnicos de mérito e desempenho, definidos em edital específico de processo de certificação. A certificação será atribuída aos profissionais do magistério que atenderem aos critérios estabelecidos na legislação municipal vigente.

Na Educação Infantil, a gestão democrática busca garantir:

- Participação das famílias nas decisões pedagógicas e institucionais;
- A escuta das crianças, respeitando suas formas de expressão e participação na rotina;
- Diálogo entre equipe pedagógica e direção, com construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), plano de ação e regimento interno;
- Funcionamento de conselhos escolares ou similares, com caráter consultivo e deliberativo;
- Planejamento coletivo e avaliação institucional participativa;
- Transparência na gestão de recursos públicos e prestação de contas;
- Valorização dos profissionais da educação, com espaço para formação continuada e valorização da autonomia docente.

## **27- PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

A criança é um ser que se constrói, constrói sua identidade e cidadania e, neste processo, precisa ser criança, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança. Dessa maneira, ela precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive.

A proposta de trabalho está voltada para uma educação contextualizada, respeitando sempre as etapas de desenvolvimento infantil. Busca-se facilitar o processo e organizar as situações de aprendizagem. Problematizando-as para que a criança assimile e crie seu próprio contexto.

A EMEI, acredita em uma educação que considere o processo individual da criança, facilitando através das inter-relações o papel educativo de estimular a capacidade de descobrir, produzir e criar. Portanto, o tempo de aquisição das habilidades necessárias do desenvolvimento da criança de acordo com seu potencial.

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças na escola até o momento de saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

### **27.1- Pesquisa Como Princípio Pedagógico**

A produção acelerada de conhecimentos, característica deste novo século, traz para as escolas o desafio de fazer com que esses novos conhecimentos sejam socializados de modo a promover a elevação do nível geral de educação da população. O impacto das novas tecnologias sobre as escolas afeta tanto os meios a serem utilizados nas instituições educativas, quanto os elementos do processo educativo, tais como a valorização da ideia da instituição escolar como centro do conhecimento; a transformação das infraestruturas; a modificação dos papéis do professor e do aluno; a influência sobre os modelos de organização e gestão; o surgimento de novas figuras e instituições no contexto educativo; e a influência sobre metodologias, estratégias e instrumentos de avaliação.

Essas novas exigências requerem um novo comportamento dos professores que devem deixar de ser transmissores de conhecimentos para serem mediadores, facilitadores da aquisição de conhecimentos; devem estimular a realização de pesquisas, a produção de conhecimentos e o trabalho em grupo. Essa transformação necessária pode ser traduzida pela adoção da pesquisa como princípio pedagógico.

### **27.2 Trabalho Como Princípio Educativo**

SAVIANI (1989) afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. E um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 1989, pp. 1-2).

### **27.3 Respeito À Diversidade**

Todos somos diferentes. Temos, portanto, dessemelhanças que formam nossas individualidades. Mas isso é uma das grandes dificuldades da convivência social, a falta de respeito e tolerância com a diversidade humana. Essa heterogeneidade se manifesta nas diferenças de classes, gênero, etnia, opção sexual, capacidades, físicas e intelectuais, etc. nesse contexto se trabalha o projeto e as leis.

O respeito à diversidade é, então, condição essencial para que se estabeleça a inclusão social. Só assim pode ser garantido o exercício da cidadania, direito que deve ser consagrado de forma igualitária a todo ser humano. As atitudes de compreensão com essa multiplicidade de

características pessoais fazem com que transformemos diferenças em igualdades. A valorização da singularidade elimina o preconceito, a discriminação, a iniquidade social. As desigualdades sociais têm sua origem na falta de respeito à diversidade. Enquanto agirmos desconsiderando o conceito, antes de tudo, ético e moral, da equivalência humana, não obstante suas diferenças, teremos um mundo cada vez mais cheio de conflitos e injustiças, nos tornando componentes de uma sociedade individualista.

As particularidades dos indivíduos, quando somadas, constroem a dinâmica da sociedade com o espírito de igualdade dos diferentes. As nossas interações e os nossos relacionamentos exigem de cada um de nós, respeitar, honrar e compreender a diversidade.

## **27.4 Igualdade e Equidade**

No decorrer da história do Brasil as desigualdades educacionais de acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado foram naturalizadas, principalmente ao se tratar dos grupos definidos por raça / etnia, sexo e condição socioeconômica.

Destaca-se ainda, a existência de condições desiguais de oferta da educação aos estudantes, que se configuram em violações de direitos constitucionais, reforçando as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais. Para que esta realidade seja transformada, é importante considerar a escola como espaço em que a igualdade e a equidade possam constituir valores essenciais para a formação dos sujeitos, e por sua vez, apontem elementos para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social.

A busca da equidade requer a oferta de mais recursos, melhores condições às escolas menos providas e aos estudantes que mais necessitam, além da formação continuada dos professores voltada para o compromisso ético com a igualdade e equidade.

Nesse sentido, busca-se a qualidade da educação visando uma aprendizagem efetiva, ou seja, que trate de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com objetivo de equiparar o desenvolvimento, assegurando a igualdade de direito à educação.

Diante desse contexto, as DCNEB indicam que as instituições escolares, ao desenvolverem práticas pedagógicas que visem à promoção da equidade, reconheçam que as necessidades dos estudantes são diferentes, empreendendo esforços para cumprir o compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular. (BRASIL, 2013. p. 15).

Nesse âmbito, o Referencial Curricular explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. (BRASIL, 2017. p. 15).

Assim, a escola e o estado assumem um papel fundamental ao desempenhar a sua função social, política e pedagógica, promovendo a oferta das condições e recursos construídos historicamente e possibilitando que os estudantes usufruam e exercitem seus direitos civis, humanos e sociais.

A Educação Infantil, como etapa inaugural da educação básica, deve ser pautada nos princípios do respeito à dignidade humana, à pluralidade cultural e à promoção da equidade. Nesse sentido, a escola tem o compromisso de reconhecer, valorizar e trabalhar com a diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero e social, assegurando que todas as crianças se sintam pertencentes, representadas e acolhidas em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

O trabalho pedagógico deve promover práticas que combatam toda forma de preconceito, discriminação e exclusão, incentivando a formação de uma cultura de paz, de respeito mútuo e de convivência democrática.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes legislações que fundamentam esse compromisso:

- Lei nº 10.639/2003, que altera a LDB para incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, valorizando a contribuição dos povos africanos na formação da sociedade brasileira e promovendo a superação do racismo estrutural.
- Lei nº 11.645/2008, que amplia essa obrigatoriedade ao incluir também os estudos sobre a história e cultura indígena brasileira, reconhecendo os povos originários como fundamentais para a constituição da identidade nacional.

A abordagem dessas temáticas deve ser integrada ao currículo de forma transversal, contínua e articulada aos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respeitando a faixa etária e as formas de expressão próprias da infância.

Além disso, é essencial:

- Promover representações positivas da diversidade étnico-racial nas histórias, músicas, brinquedos, materiais pedagógicos e nas práticas cotidianas;
- Estimular o diálogo com as famílias, valorizando suas culturas, saberes e modos de vida;
- Incentivar a formação continuada dos profissionais da educação para atuarem com consciência crítica, empatia e compromisso com os direitos humanos e a justiça social;
- Assegurar o respeito às diversas manifestações religiosas e culturais, sem qualquer tipo de imposição ou exclusão.

A escola deve ser um espaço onde cada criança possa conhecer a si mesma, ao outro e ao mundo com liberdade e respeito, e onde a diversidade seja compreendida não como desafio, mas como riqueza e potência para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

## **27.5. Sustentabilidade e Meio Ambiente**

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação de valores, atitudes e comportamentos voltados para o cuidado com a vida e com o planeta. Nesse sentido, a escola deve atuar de forma intencional na promoção da educação ambiental como prática transversal, conforme estabelece a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Essa abordagem deve estar presente em todas as ações pedagógicas, projetos, rotinas e na organização dos espaços escolares, contribuindo para a construção de uma consciência ecológica desde os primeiros anos de vida.

A educação ambiental na Educação Infantil deve:

- Valorizar o contato da criança com a natureza, por meio de vivências ao ar livre, cuidados com plantas, animais e com o ambiente escolar;
- Incentivar hábitos sustentáveis, como o uso racional da água, o descarte correto de resíduos, a reutilização de materiais e a economia de energia;
- Desenvolver projetos pedagógicos que estimulem a observação, a curiosidade e a investigação sobre o meio ambiente, respeitando o ritmo e a linguagem da infância;
- Promover o diálogo com as famílias e a comunidade sobre práticas sustentáveis no cotidiano;
- Estimular o sentimento de pertencimento ao mundo e de responsabilidade coletiva pela sua preservação.

O trabalho com sustentabilidade na Educação Infantil está diretamente relacionado à formação de crianças mais conscientes, sensíveis e críticas diante das questões ambientais e sociais. Ao integrar esses princípios ao cotidiano escolar, a instituição contribui para a construção de uma cultura de cuidado, respeito e solidariedade com o meio ambiente e com as futuras gerações.

## **28- DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

O processo educacional sempre foi alvo de constantes discussões e apontamentos que motivaram sua evolução em vários aspectos, principalmente no que tange a condução de metodologias de ensino por nossos educadores e a valorização do contexto escolar formador para nossos alunos. Nesse aspecto GADOTTI (2000:4), pesquisador desse processo afirma que:

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000).

O professor nesse contexto deve ter em mente a necessidade de se colocar em uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual de seu aluno, podendo ele ser o foco de crescimento ou de introspecção do mesmo quando da sua aplicação metodológica na condução da aprendizagem.

### **28.1 Planejamento Pedagógico**

"O planejamento nasce a partir do estabelecimento de metas e de objetivos que a creche deseja alcançar. Ele é um momento importantíssimo para a construção de conhecimento sobre gestão e didática, articulação com a comunidade, constituição de uma equipe colaborativa e qualificação das ações", diz Maura Barbosa, consultora de GESTÃO ESCOLAR. Essa atividade é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que garante que todos os profissionais que trabalham em uma escola tenham um tempo reservado para planejar a rotina. No entanto, não é só porque está na lei que ele deve ser cumprido. O planejamento é

indispensável para a gestão do tempo, de materiais, de pessoas e de espaço, porque, ao colocar tudo o que a escola realizará ao longo do ano na ponta do lápis, é possível ter uma ideia do cenário e alocar os recursos de acordo com as necessidades dos períodos do ano.

De acordo com o art. 28 do Plano de carreira do Magistério de Itapuca, o regime normal de trabalho dos professores será definido de acordo com a área de atuação para a educação básica, em relação a qual seu provimento ficará atrelado. Para os professores da educação infantil, séries iniciais ou das séries finais do ensino fundamental, a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, sendo que 20 % (vinte por cento) deste período fica reservado para horas de atividades.

Ainda, segundo o art. 29, as horas de atividades são reservadas para preparação de aulas, planejamento, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade, formação continuada e colaboração com a administração da escola e outras atividades a serem realizadas na forma definida pelo respectivo projeto político-pedagógico. O único o local e a forma de cumprimento da hora-atividade serão na escola onde o servidor está lotado.

## **28.2 Avaliação Da Aprendizagem**

Avaliar é uma tarefa complexa em qualquer etapa de ensino, e não seria diferente na Educação Infantil. É necessário compreender a avaliação como norteadora de caminhos no processo de aprendizagem das crianças. Avaliar é acompanhar essa trajetória, levando em conta suas mudanças e transformações. Segundo Vygotsky, precisamos levar em conta também as potencialidades cognitivas das crianças. Para isso, é preciso oportunizar práticas que sejam desafiadoras e provocativas aos pequenos.

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil já apontavam, desde 2010, a necessidade de criar procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento das crianças.

"A avaliação será sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças. O olhar que busca captar o desenvolvimento, as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento (etc.) deve identificar, também, seus potenciais, interesses, necessidades, pois, esses elementos serão cruciais para a professora planejar atividades ajustadas ao momento que a criança vive. A avaliação ocorre permanentemente e nunca como ato formal de teste, comprovação, atribuição de notas e atitudes que sinalizem punição." (DCNEI).

A observação e seus respectivos registros são instrumentos muito importantes no processo de avaliação. As observações devem ser intencionais e ter como objetivo conhecer a criança integralmente, bem como subsidiar as ações a serem desenvolvidas no contexto escolar. O registro traz apontamentos de tudo que foi observado durante a prática pedagógica com enfoque central no aluno.

É importante sempre registrar informações relevantes sobre os alunos e valorizar suas subjetividades. O que um alcançou em determinado tempo pode ter relação com as habilidades que precisam ser ou já foram desenvolvidas por eles. Os registros possibilitam essas conclusões por parte do professor.

Nesse sentido, a observação e o registro são fatores muito importante a serem considerados. Portanto, é fundamental anotar essas informações periodicamente.

### **28.3 Projetos Integradores (Concepção, Objetivos E Aspectos Metodológicos)**

A BNCC reconhece a educação infantil como uma etapa fundamental para a formação da identidade e da subjetividade da criança, baseando-se em seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Para garantir esses direitos, as atividades propostas pelos professores devem tomá-los como ponto de partida, colocando as crianças no centro do processo educativo. Isso significa organizar o tempo e o espaço de modo que a criança possa explorar e experienciar os ambientes e as situações. Nesse novo contexto, os projetos tornam-se ferramentas fundamentais para o ensino-aprendizagem, pois colocam os estudantes no centro deste processo, além de permitir o desenvolvimento de atividades orientadas a partir dos objetivos de aprendizagem descritos na **BNCC**.

Para isso, é fundamental que os professores definam projetos que permitam a ampliação dos saberes e estimulem a curiosidade das crianças.

### **28.5 Atividades Complementares.**

Na EMEI Pingo de Gente as atividades complementares acontecem por meio de várias linguagens e práticas, como: música, corpo e expressão no campo Corpo, Gestos e Movimentos, artes integradas no campo de experiência Traços, sons, Cores e Formas. Essas atividades tem o objetivo de despertar nas crianças a capacidade de lidar com as próprias emoções, estimulando a segurança em si própria e da capacidade de automotivação. Horas atividades com outros professores.

### **28.5 Perfis Esperados do Professor e do Aluno**

Como um profissional da Educação Infantil, o professor, a professora que deve procurar atender as especificidades do caráter pedagógico e a multiplicidade de saberes que o trabalho com crianças de zero a seis anos exige. Um professor, uma professora que atenda a necessidade de crescimento constante para a uma formação contínua nas diversas áreas de conhecimento, compreendendo a diversidade implícita dos conhecimentos básicos essenciais específicos relacionados à integração entre o cuidar e educar.

Desse profissional espera-se que opere saberes em repostas ao próprio exercício do seu trabalho, que permita a manifestação das relações entre o seu saber e os saberes das crianças, que, sobretudo, saiba quem é a criança da faixa etária com que está lidando, como age, como pensa e pode se desenvolver melhor, que através de uma relação dialógica, na qual a ética e o respeito mútuo imperem, possa validar as diversas linguagens de que ela se utiliza. E, dessa forma, possa também alcançar a família e a comunidade. Pois, segundo Tardif, (2002). (BRASIL, 2001).

Considerando toda a história e percurso do professor de educação infantil é muito importante para a efetiva construção da sua identidade que se invista em uma formação continuada, em profissionais especializados capazes de dar voz ao que já sabem, validando seu espaço de planejamento e execução, em um processo constante de reflexão sobre sua prática tendo em vista o desenvolvimento de seres humanos.

A criança, desde seu nascimento, manifesta sua expressão através do movimento, do gesto, do brincar, a brincadeira é a própria essência da infância, por meio da brincadeira a criança usa a

sua inteligência, sua imaginação, imita o adulto, gesticula e é no criar que brinca com as imagens, com o movimento, símbolos e signos, fantasia, expõe suas emoções, fazendo uso do próprio potencial de sua infância, livre e integralmente. Segundo PNE (Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001).

## **29- ETAPAS DE ENSINO**

A compressão de que o percurso de escolarização de um aluno acontece por etapas já é familiar para muitas pessoas. Para além das séries ou anos escolares, o sistema educacional brasileiro é constituído por níveis e modalidades de ensino.

Fazendo uma junção das seguintes etapas, Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, a Educação Básica tem carácter obrigatório e é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Cada uma das etapas da Educação Básica tem especificidades e demandas pedagógicas próprias para cada uma das fases da escolarização. Mesmo que as dez Competências Gerais para a Educação Básica estabelecida pela BNCC perpassem todos os segmentos desse nível de ensino, cada uma delas tem objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser observados.

### **29.1 Educação Infantil**

A educação infantil que conhecemos hoje nem sempre foi assim, até 1874 pouco se falava sobre o ensino na primeira infância. A partir daí, começaram a surgir projetos desenvolvidos por pequenos grupos particulares e, apenas no início do século XX, o tema passou a ganhar relevância nacional, através da fundação de instituições e da criação de leis voltadas para as crianças.

Em 1988, o atendimento em creche e pré-escolas a crianças de zero a seis anos passou a se tornar um dever do estado, previsto na Constituição Federal. Este ato simbolizou um dos grandes marcos da Educação Infantil no Brasil, entretanto, essa conquista é fruto de um longo processo histórico. Desde 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a educação infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na Educação Infantil, as interações e as brincadeiras são eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Ou seja, tanto as interações quanto as brincadeiras estão presentes nas atividades com os pequenos. A partir disso, a Base estipula seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que são:

- Conviver
- Brincar
- Participar
- Explorar
- Expressar-se
- Conhecer-se

Tais direitos de aprendizagem estabelecem as condições para que os pequenos aprendam, desempenhem um papel ativo, vivenciem desafios de desenvolvimento e construam significados sobre si, os outros e o mundo.

Para assegurar os seis direitos listados acima, a BNCC se estrutura em cinco campos de experiência para que bebês e crianças possam aprender e se desenvolver. Ou seja, os direitos de aprendizagem são contemplados dentro de cada um dos campos de experiência, que são:

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Essa etapa está organizada em duas fases distintas: Creche e Pré-escola, cada uma com objetivos e características próprias, mas ambas pautadas no direito da criança a uma educação de qualidade, centrada no cuidado, no afeto, na ludicidade e na valorização das experiências significativas.

**A Creche** atende crianças de zero a três anos, sendo um espaço de acolhimento, cuidado e educação. Nessa fase, as interações e as brincadeiras são centrais no processo de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento da linguagem, da coordenação motora, dos vínculos afetivos, da autonomia e da socialização. A rotina deve respeitar os ritmos individuais das crianças, proporcionando segurança, afeto e oportunidades de exploração do ambiente.

**A Pré-escola** atende crianças de quatro e cinco anos e é considerada uma etapa obrigatória da Educação Básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 59/2009. Tem como objetivo ampliar as experiências das crianças, garantindo o direito de aprender por meio de práticas pedagógicas que valorizem o brincar, a expressão, a investigação, o convívio e a participação ativa nos processos educativos. A Pré-escola deve proporcionar condições para que a criança desenvolva sua identidade, autonomia, linguagem oral, pensamento lógico, expressão artística e habilidades sociais, sem antecipar conteúdos formais do Ensino Fundamental, como o processo sistemático de alfabetização.

As práticas pedagógicas em ambas as etapas devem estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009) e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), que orienta a organização curricular a partir de direitos de aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e dos campos de experiência, respeitando as especificidades da infância e promovendo o desenvolvimento integral.

Assim, a organização da Educação Infantil na escola deve garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e o bem-estar de todas as crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, protagonistas de suas próprias histórias e merecedoras de cuidado, respeito e oportunidades desde os primeiros anos de vida.

### **30-POLITICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Pensar em uma inclusão para crianças de creche passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados. (Mantoan, 2001, p. 107). Seguindo este viés, compreende-se que quando falamos sobre educação inclusiva não

especificamos a quem, mas, apregoamos uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito, de modo que não o segregue sob nenhum pretexto ou razão. Há diversidade sim, mas precisamos olhá-la sob outra ótica, é a diversidade que conduz o processo ensino-aprendizagem.

Pensando assim, só podemos cultivar uma prática pedagógica inclusiva e para todos se assim for vivenciado, mas, para vivenciar, precisamos buscar ou refletir sobre nossas ações, sobre nossas experiências. Cada um de nós é responsável por compreender as regras ou princípios que conduzem sua forma de pensar. "A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é em sua essência, mais um processo do que um destino." (Mittler, 2003, p. 36).

Dessa forma na DCM 2020 nos diz que:

A inclusão social e educacional dos estudantes com deficiência (cegueira, baixa visão, deficiência auditiva, surdez, surdo-cegueira, deficiência intelectual, deficiência física ou deficiências múltiplas), transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome Asperger, Síndrome de Rett ou transtorno desintegrativo da infância) e altas habilidades/superdotação é um desafio a ser enfrentado por todas as redes de ensino, as quais sempre orientam as suas unidades escolares a contemplarem em seus Projetos Político Pedagógicos, ações educativas que incluam tais alunos e alunas.

O papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início numa tomada de consciência por parte daquele que está inicialmente mais próximo dos alunos ou crianças: o educador, independente da faixa etária em que trabalha, ou seja, em creche, pré-escola, ensino fundamental, etc. Esta precisa buscar algum referencial que o faça compreender a inclusão na sua complexidade, esta complexidade que envolve tanto o sentimento daquele a ser incluso como também a postura da instituição e da família frente a esta questão.

### **30.1 Concepção De Educação Inclusiva**

A importância da educação inclusiva vai além de propor a escolarização de pessoas com deficiência. Incluir significa juntar, inserir, fazer parte de um certo grupo. A inclusão é uma oportunidade de convivência com a diversidade, para todos os alunos. A educação inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Com essa visão, o objetivo é que todos os estudantes crianças, adolescentes e até alunos do ensino superior tenham direito à educação em um só ambiente.

A proposta da educação inclusiva é valorizar as diferenças e permitir uma convivência respeitosa e diversificada no contexto escolar. Em um primeiro momento, pensamos nas pessoas que apresentam necessidades especiais, devido à segregação que antes existia em relação a esse grupo de estudantes.

Contudo, contemplar a diversidade também significa reconhecer que há diferentes gêneros, etnias e classes sociais. Enfim, cada indivíduo é único em termos de aparência, cultura, história de vida e capacidade física e intelectual. Dessa forma, a universalização dos direitos educacionais e sociais deve ser respeitada.

Em resumo, educação inclusiva significa oferecer o mesmo espaço para o processo de aprendizagem de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações e particularidades. Com a inclusão, os estudantes ganham a oportunidade de aprender, interagir e experimentar a vida em comunidade.

Assim, as diferenças deixam de ser encaradas como obstáculos e passam a ser compreendidas como diversidade. Essa abrangência de visão é fundamental desde a infância para fortalecer a

empatia e a consciência social. Por fim, todos têm a ganhar com a educação inclusiva: os estudantes que entram na escola regular e os que aprendem a conviver com as diferenças.

Sabemos que diferencia a educação inclusiva da educação especial, quando se fala em educação inclusiva, logo vêm à mente as técnicas para a aprendizagem de pessoas com deficiência. De fato, os conceitos são relacionados. Mas há distinções que precisam ser esclarecidas. A educação especial é uma abordagem de ensino direcionada para o desenvolvimento de habilidades específicas de indivíduos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou deficiência — física, intelectual, auditiva, visual etc. Pessoas com altas habilidades, conhecidas popularmente como superdotadas, também entram no grupo das necessidades especiais, uma vez que requerem recursos próprios para o seu aprendizado.

A educação inclusiva, por sua vez, difere da educação especial por se tratar de um processo educativo e social, ao mesmo tempo. Promover a aprendizagem, nesse sentido, é tão importante quanto possibilitar a convivência com pessoas de todos os tipos. Trata-se de um modelo que prioriza a formação global e sem barreiras ou preconceitos. Até pouco tempo atrás, o sistema educacional brasileiro mantinha dois tipos de escola: a regular e a especial. Alguns alunos, mesmo com limitações brandas, eram direcionados para a educação especial e privados do contato diversificado com os estudantes regulares. Com a educação inclusiva, todos os alunos são acolhidos na escola regular, que agora deve dispor de meios adequados e recursos diferenciados para oferecer apoio no processo de aprendizagem de todos os indivíduos.

Essas mudanças no panorama educacional estão previstas na legislação. O Plano Nacional de Educação (PNE) é aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que tem como meta a universalização da educação básica. Sendo assim, pessoas de 4 a 17 anos que apresentam algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades têm direito à educação na rede regular de ensino e ao atendimento educacional especializado. A Creche EMEI Pingo de Gente tem uma estrutura acessível e atendemos algumas crianças com necessidades especiais, em nosso município

No espaço da EMEI Pingo de Gente, já recebemos crianças como autistas, síndrome de down, deficiência intelectual entre outras, e conseguimos desenvolver, contribuir e ampliar as aprendizagens das crianças, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas ao longo desse percurso, muito se tem avançado em nosso município em relação a inclusão dos alunos, pois hoje podemos contar com esse apoio para os atendimentos especializados assim como confirma na (DCM 2020).

Atualmente o município de ITAPUCA conta com a inclusão de todos os alunos em sala de aula comum. Para essa demanda dispomos de atendente de creche e apoio educacional que dão suporte ao docente titular da turma nas atividades diárias.

A oferta da Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da Educação e compreende o atendimento às crianças de até 6 (seis) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A escola matricula as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas da Educação Infantil e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em sala de recursos multifuncional.

Cabe ao Sistema Municipal de Educação e a escola assegurar às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, da Educação Infantil:

I- matrícula, na rede regular, em instituições de Educação Infantil públicas, privadas e comunitárias, que proporcionem sua permanência na instituição e condições de desenvolvimento em seu processo formativo;

II- flexibilização do currículo e uso de métodos, técnicas, tecnologias e recursos educativos, tecnologias assistivas e demais meios específicos para atender às necessidades apresentadas no processo educativo;

III - flexibilização dos horários para atender às necessidades apresentadas pelas crianças e suas famílias/responsáveis.

IV- professores com formação adequada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e profissionais capacitados para auxílio nessas atividades.

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares, disponíveis para essa etapa da Educação Básica;

VI- acessibilidade arquitetônica, assegurando igualdade de oportunidades e tratamento para todas as crianças, por meio da eliminação de barreiras físicas e ambientais, tornando o espaço institucional mais democrático e inclusivo;

VII- às crianças surdas será garantido:

a) estimulação a partir da detecção da surdez;

b) educação bilíngue, conforme previsto na Lei nº 14.191/2021 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a favorecer a ampliação do conhecimento de mundo e a formação da identidade, por meio do desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional, psíquico, social e cultural, a partir da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerando-se a relevância da atuação de profissionais surdos nesse processo.

VIII- às crianças cegas ou com baixa visão será garantido:

a) estimulação a partir da detecção da cegueira ou baixa visão;

b) uso de material adaptado às necessidades, como textos ampliados, mapas táteis e materiais em Braille.

Parágrafo único. A inexistência de laudo médico não pode ser impeditiva para o Atendimento Educacional Especializado às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

### **30.2 Princípios Orientadores Da Educação Inclusiva**

A educação inclusiva é sustentada por 5 princípios que devem ser revisitados pelos educadores com regularidade, para que estes se mantenham firmes em seu propósito. Confira, a seguir, quais são os pilares da inclusão educacional!

#### **1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação**

Isso significa que a educação é para todos e não há obstáculos físicos, intelectuais ou de nenhuma outra natureza que possam impedir esse direito.

#### **2. Toda pessoa aprende, todo indivíduo tem capacidade de aprender.**

A única diferença está no caminho que ele percorre para obter o conhecimento.

### **3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular**

Alguns podem seguir os métodos tradicionais, outros precisam de recursos mais elaborados, mas todos podem e devem ter incentivo ao aprendizado.

### **4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos**

O contato com a diversidade é importante para a formação completa dos indivíduos. Todos são beneficiados com a inclusão escolar e social, tanto os que são inseridos no contexto comum quanto aqueles que os acolhem.

### **5. A educação inclusiva diz respeito a todo,**

A inclusão é para as pessoas com deficiência, assim como para qualquer outro tipo de diferença física, mental, cultural, social, sexual, racial ou étnica.

A escola tem um papel muito importante para contribuir com a inclusão das crianças, não basta abrir as portas para os alunos especiais ou falar sobre o valor da diversidade. É preciso contar com um projeto pedagógico que coloque a inclusão em prática. Com base em um projeto educacional inclusivo, a escola consegue cumprir o seu papel com planejamento, organização, flexibilidade e propostas diversificadas. Além disso, a comunidade escolar não pode trabalhar sozinha e, para viabilizar a inclusão, também depende da construção de uma rede de apoio.

Em conjunto com os educadores e gestores escolares, devem estar os familiares e profissionais da saúde que acompanham os alunos — médicos, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas. O papel da família é proporcionar base sólida para a visão de mundo e para a construção de valores como respeito ao próximo. Para alcançar uma sociedade inclusiva, é necessário que essa conscientização também seja trabalhada em casa.

## **30.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva**

De acordo com a LDB n. 9.394/96 e sua regulamentação pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial (Resolução n. 02/01), a Educação Especial é conceituada e praticada como modalidade educacional cujo fim é oferecer recursos e serviços educacionais especializados aos alunos que apresentam necessidades especiais em todo o fluxo educacional. Conforme foi abordado, porém, nem sempre se entendeu assim. Tratar a Educação Especial como integrante do sistema educacional que se realiza desde a Educação Infantil, até os mais elevados níveis da Educação Superior, é uma realidade que delinea contornos a partir dos movimentos mundiais a favor da inclusão. Ora, se o princípio filosófico norteador do movimento inclusivo repousa na ideia de uma escola democrática e comprometida com os interesses e necessidades de todos os alunos, foi preciso redimensionar as práticas dessa modalidade de educação, já que o critério básico de organização previa locais distintos dos convencionais, para o atendimento especializado.

No espaço físico da EMEI Pingo de Gente, tem um espaço específico para o atendimento educacional especializado, que também é compartilhado a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski. Ainda, temos atendimento com psicopedagoga, fonoaudióloga, psicóloga, grupos do CRAS que é o Centro onde faz esses atendimentos com todas as escolas da rede. Dessa forma, entendemos que “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (CARVALHO, 2004, p. 26). Por tanto,

estamos sempre aprimorando e buscamos as melhores medidas legais para contemplar a inclusão em nossos espaços.

### **31-POLITICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Sabemos que nos últimos tempos, os discursões sobre a educação integral estão acontecendo com mais frequência, tanto nos espaços escolares como nas formações continuadas, mais diante de toas as informações discutidas, precisamos de fato compreender e distinguir a educação integral e a educação em tempo integral, a educação em tempo integral está associado ao tempo a quantidade de horas que a criança passa no espaço escolar. Já a educação integral, está relacionada a integralidade, A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

O desenvolvimento integral é um processo contínuo e permanente, que começa no nascimento do indivíduo, se estende por toda a vida e acontece em diferentes espaços: em casa, na escola, no território. Quanto mais complexas, diversificadas e qualificadas forem as interações a que um individuo tem acesso, mais rico será seu universo social e cultural, as conexões que ele será capaz de estabelecer e as suas possibilidades de inserção e intervenção social. (...) a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BNCC, 2018, pág. 14).

Dessa forma, entendemos que a educação integral é promove também uma perspectiva de educação inclusiva que vai além de pensar nas diferenças, mais também nas particularidades do sujeito cultural.

Por esse motivo, a EMEI Pingo de Gente, oferece tanto uma educação em tempo integral, como buscamos aprimorar práticas que contemple a Educação Integral que busca garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural.

De acordo a BNCC, o ensino integral agencia uma educação não fragmentada, na qual os elementos do currículo tenham sentido para os estudantes, estabelecendo ligações concretas entre o conhecimento e a vida. O chamado princípio da integração curricular valoriza o protagonismo do estudante nos processos de aprendizagem, contribuindo para a construção do seu projeto de vida. Para formar um sujeito pleno, é preciso investir em formas contínuas de construção do conhecimento, integrando os componentes curriculares não apenas entre si, mas sobretudo aos contextos vividos pelos estudantes. Dessa forma, é necessário investir em uma concepção relacional do conhecimento, na qual as áreas curriculares, seus conteúdos e métodos são introduzidos e explorados de maneira integrada.

#### **31.1 Concepções da Educação Integral**

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Ao posicionar o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como **sujeito social, histórico, competente e multidimensional**, a Educação Integral contribui para reconectar a escola e a educação à vida dos estudantes. Quatro princípios norteiam essa concepção que busca constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias:

**Equidade:** reconhecimento do direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diversificadas, a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes.

**Inclusão:** reconhecimento da singularidade e diversidade dos sujeitos, a partir da construção de projetos educativos pertinentes para todos e todas.

**Sustentabilidade:** compromisso com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e se pratica.

**Contemporaneidade:** compromisso com as demandas do século XXI, com foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Dessa forma, entendemos que a educação integral diferencia da educação em tempo integral. Na EMEI Pingo de Gente, atendemos as crianças integrais e o trabalho desenvolvido de acordo aos documentos vigentes que rege a educação no país, priorizamos a educação integral do sujeito.

### **31.2 Princípios Orientadores da Educação Integral**

A educação integral e global do estudante deve acontecer de acordo com alguns princípios: centralidade do estudante, aprendizagem permanente, perspectiva inclusiva e gestão democrática.

#### **1. Centralidade do Estudante**

O primeiro princípio é a centralidade do aluno, ou seja, como o próprio termo diz, o foco é no aluno. Com isso, todo projeto pedagógico deve ser construído e revisitado a partir das necessidades do aluno.

Isso significa que a proposta deve ser personalizada e que tenha, de fato, a participação dos alunos nessa construção de um processo de ensino-aprendizagem global.

#### **2. Aprendizagem permanente**

Outro princípio é a aprendizagem permanente, o que pressupõe que todas as dimensões do processo de ensino-aprendizagem estejam inseridas no currículo. Dessa forma, as dimensões desenvolvidas não são somente a intelectual, mas também a social, emocional, física e cultural, compondo assim um desenvolvimento integral.

#### **3. Perspectiva inclusiva**

A perspectiva inclusiva também está entre os princípios da educação integral. Portanto, as propostas pedagógicas devem respeitar todas as diferenças, como as deficiências, a origem étnica e racial, religiosa, entre outros.

Dessa forma, é proposto que todos os espaços escolares sejam inclusivos e que, nesses locais, os estudantes tenham oportunidade de desenvolvimento em suas inúmeras dimensões.

#### 4. Gestão democrática

Outro pilar importante é a gestão democrática, que existe para garantir os interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Assim, a gestão democrática pressupõe que as decisões e o acompanhamento das atividades sejam realizados de forma coletiva com a comunidade escolar – alunos, pais e educadores.

A concepção de educação integral pressupõe o pleno **desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões formativas: intelectual, física, afetiva, social e cultural**. Segundo dados do Centro de Referências em Educação Integral, essas cinco dimensões podem ser definidas como:

**Dimensão física:** relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do **autocuidado e da atenção à saúde**, da potência e da prática física e motora.

**Dimensão emocional ou afetiva:** refere-se às questões do **autoconhecimento**, da **autoconfiança** e capacidade de **auto realização**, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de auto reinvenção e do sentimento de pertencimento.

**Dimensão social:** refere-se à compreensão das questões sociais, à **participação individual no coletivo**, ao **exercício da cidadania** e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo.

**Dimensão intelectual:** refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao **exercício da lógica e da análise crítica**, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo.

**Dimensão cultural:** diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais. (CREI, 2018, Na Prática, Caderno 1, p. 34)

É o desenvolvimento dessas cinco instâncias que integram a premissa da formação integral. Sua concepção considera que todos os indivíduos sejam intencionalmente estimulados e nutridos em todas as suas múltiplas dimensões.

### 32-FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Como um profissional da Educação Infantil, o professor (a) é quem deve procurar atender as especificidades do caráter pedagógico e a multiplicidade de saberes que o trabalho com crianças de zero a cinco anos exige. O professor (a) que atenda as necessidades de crescimento constante para a uma formação contínua nas diversas áreas de conhecimento, compreendendo a diversidade implícita dos conhecimentos básicos essenciais e específicos relacionados à integração entre o cuidar e educar.

Desse profissional espera-se que opere saberes em repostas ao próprio exercício do seu trabalho, que permita a manifestação das relações entre o seu saber e os saberes das crianças, que, sobretudo, saiba quem é a criança da faixa etária com que está lidando, como age, como pensa e pode se desenvolver melhor, que através de uma relação dialógica, na qual a ética e o respeito mútuo imperem, possa validar as diversas linguagens de que ela se utiliza. E, dessa forma, possa também alcançar a família e a comunidade. Pois, segundo Tardif, (2002). [...]

[...] o saber não é uma substância ou um conteúdo fechado em si mesmo; ele se manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos. Por conseguinte, é preciso

inscrever no próprio cerne do saber dos professores a relação com o outro, e, principalmente, com esse outro coletivo representado por uma turma de alunos (p. 15).

Refletir sobre sua prática, seu saber é um componente importante para a evolução da formação desse profissional, é necessário ter professores (as) comprometidos com essa dinâmica educacional. Ainda para Tardif (2002, p. 13), nessa dinâmica do trabalho na escola, o professor (a) “sabe depende também daquilo que ele/a não sabe, daquilo que se supõe que ele não saiba, daquilo que os outros lhe opõem ou lhe atribuem” é um movimento cíclico, que vai do individual ao coletivo, nas representações do seu cotidiano no atendimento a esse contexto, de maneira que todos possam estar envoltos na realização de um trabalho em conjunto.

O processo de atendimento de qualidade na Educação Infantil depende especialmente da formação do professor (a) o qual deverá desenvolver a função, como também a integração entre os pares que vivem o contexto educacional da Educação Infantil.

O contexto da Educação Infantil requer que esse professor (a) maneje conhecimentos que tenham origem em Psicologia, em Sociologia, em Didática, dentre outros. Que busque incessantemente ampliar seu conhecimento, sendo imprescindível que esse professor (a) conheça o desenvolvimento infantil e enriqueça sua prática, para orientar e manter uma relação mediadora, pois a demanda com crianças pequenas de 0 a 5 anos, exige que o professor as desafie possibilitando o espaço necessário para que essas possam lidar com as múltiplas linguagens e apresentar as variadas formas de expressão.

A criança, desde seu nascimento, manifesta sua expressão através do movimento, do gesto, do brincar. A brincadeira é a própria essência da infância, por meio da brincadeira a criança usa a sua inteligência, sua imaginação, imita o adulto, gesticula e é no criar que brinca com as imagens, com o movimento, símbolos e signos, fantasia, expõe suas emoções, fazendo uso do próprio potencial de sua infância, livre e integralmente. Segundo PNE (Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há janelas de oportunidade na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada (BRASIL, 2001).

Considerando toda a história e percurso do professor (a) de educação infantil é muito importante para a efetiva construção da sua identidade que se invista em uma formação continuada, em profissionais especializados capazes de dar voz ao que já sabem, validando seu espaço de planejamento e execução, em um processo constante de reflexão sobre sua prática tendo em vista o desenvolvimento de seres humanos.

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida - de certa forma quase instantânea, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. Isso significa que cabe à escola possibilitar a construção do conhecimento dos alunos, já que os livros e a internet, por exemplo, disponibilizam, sobretudo, apenas informações. A formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda os profissionais a melhorarem cada vez mais suas práticas, e com isso apoiar todo o corpo escolar na construção de relações e conhecimentos, e não apenas acúmulo de informações.

No município de Itapuca a formação continuada ocorre através de propostas da Secretaria de Educação, a qual disponibiliza cursos presenciais e a distancia com diversos profissionais e temas relevantes a educação.

O futuro professor precisa desenvolver tais competências em sua formação para que possa passar os mesmos princípios a seus alunos.

Veja a seguir os dez princípios:

- 1.** Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do aluno e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- 2.** Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e soluções tecnológicas, para selecionar, organizar com clareza e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;
- 3.** Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o aluno possa ampliar seu repertório cultural;
- 4.** Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital para se expressar e fazer que o aluno se expresse para partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo;
- 5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens;
- 6.** Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, estar sempre atualizado na sua área de atuação e nas áreas afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem ser um profissional eficaz e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- 7.** Buscar desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;
- 8.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, para poder desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos alunos;
- 9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos ambientes de aprendizagem;
- 10.** Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

### **33- POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO ESCOLAR/ FAMÍLIA DOS ALUNOS E ESCOLA/ COMUNIDADE**

A comunicação entre a escola e as famílias constitui o ingrediente básico para o envolvimento parental na escola. Quando esta comunicação é eficaz, os pais tendem, com maior probabilidade, a confiar e a cooperar com os Professores e com a escola, a melhorar as interações com a escola, a perceber a escola e os Professores de modo mais positivo, a compreender melhor as políticas da escola e as ações dos Professores e a acompanhar melhor os progressos das crianças.

A escola deve promover a comunicação com as famílias, disponibilizando canais de comunicação diversos, de modo a alcançar todas as famílias (ex. reuniões com encarregados de educação, telefonemas, agenda grupos de WhatsApp) e a garantir tempo de interação entre os Pais e os profissionais da escola.

Os pais são fundamentais na aprendizagem e no progresso académico dos seus filhos. Neste sentido, é essencial que o professor informe os pais sobre as competências que a criança deve adquirir nos vários momentos da aprendizagem e de como se podem envolver em ações de aprendizagem articuladas com o trabalho do Professor na sala de aula.

O envolvimento da comunidade é também importante. As famílias e os alunos podem ser informados acerca dos recursos existentes na comunidade bem como acerca de atividades recreativas e de ocupação de tempos livres, acontecimentos culturais, serviços de saúde, serviços sociais. A colaboração em rede de diferentes instituições pode ser importante para desenvolver atividades de formação/sensibilização aos pais e aos alunos, disponibilizar recursos que satisfaçam necessidades da escola e promover a integração e transição de alunos para instituições de ensino ou de trabalho.

#### **33.1 Conceção da Comunicação Escola/Família/Comunidade**

A escola e a família têm os mesmos objetivos, fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. Todos aprendem com essa parceria. A família é o primeiro grupo com o qual a pessoa convive e com membros para a vida. No que diz respeito à educação, se essas pessoas demonstrarem curiosidade em relação ao que acontece em sala de aula e reforçarem a importância em que está sendo aprendido, estarão dando uma enorme contribuição para o sucesso de aprendizagem.

#### **33.2 Princípios da Comunicação Escola/Família/Comunidade**

Partindo do princípio básico de que a comunicação, seja ela qual for, norteia nossas relações interpessoais, distintos são os momentos em que a escola tem a oportunidade de estabelecer o contato necessário com os pais. Este acontece normalmente por meio de alguns instantes vivenciados na chegada e na saída dos alunos, por intermédio das reuniões que se dão de forma periódica, por telefone e por meio da linguagem escrita.

### **34-REGIME DE FUNCIONAMENTO DA EMEI PINGO DE GENTE**

A EMEI abre vagas para matrícula do ano vigente sempre no mês de novembro ou dezembro, em uma data agendada pela Secretaria de Educação para todas as escolas da rede.

A etapa da creche não paralisa suas atividades, iniciando-as já em 2 de janeiro e mantendo-as ininterruptamente ao longo dos anos. Já as turmas de Pré A e Pré B seguem rigorosamente o calendário escolar da rede municipal.

Uma semana antes do início das aulas, ocorre a Jornada Pedagógica organizada pela Secretaria de Educação, seguida pela Jornada realizada na escola. Durante esse momento, elaboramos os planejamentos do primeiro projeto do ano, que tem como foco o acolhimento e a adaptação das crianças. Também desenvolvemos o plano anual e o planejamento semestral.

No início do ano letivo, elaboramos o calendário organizacional da instituição, sempre baseado no calendário da rede municipal, respeitando as datas de recessos e feriados conforme estabelecidos pela Secretaria de Educação.

No planejamento, sempre seguimos a temática geral do semestre sugerida pela Secretaria de Educação. A partir dessa diretriz, desenvolvemos a proposta pedagógica da creche, adaptando-a à nossa realidade e às necessidades específicas do nosso público.

### **35-TEMAS OBRIGATÓRIOS**

No Brasil, a obrigatoriedade do ensino de diversos temas na educação básica está prevista em diferentes leis e normativas. A base legal mais importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, e o Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver.

Temas transversais obrigatórios durante o ano letivo:

- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena: Lei nº 10.639/2003: Altera a LDB para tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Lei nº 11.645/2008: Altera a LDB, estendendo a obrigatoriedade para o ensino de história e cultura indígena.
- Música: Lei nº 11.769/2008: Altera a LDB para tornar o ensino de música componente curricular obrigatório da educação básica.
- Prevenção ao uso Indevido de Drogas: Não há uma lei específica que determine uma disciplina de "Prevenção ao uso Indevido de Drogas", mas o tema é tratado de forma transversal no currículo escolar, conforme diretrizes da LDB (Art. 26, § 7º, que fala sobre temas transversais) e da BNCC, que aborda a saúde e bem-estar.
- Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999: Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece que a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.
- Violência contra a Criança e Adolescente: Assim como a prevenção ao uso indevido de drogas, este tema é abordado de forma transversal no currículo, com base na LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, que estabelece os direitos da criança e do adolescente e prevê a responsabilidade da escola na promoção de seus direitos e na prevenção de violências.
- Sexualidade Humana e a Questão de Gênero: Não há uma lei que determine o ensino específico de "Sexualidade Humana e a Questão de Gênero" como disciplina. No entanto, a BNCC aborda esses temas de forma transversal e interdisciplinar, dentro de competências e habilidades relacionadas ao autoconhecimento, autocuidado, respeito às diversidades e saúde.
- Combate ao Bullying e Cyberbullying: Lei nº 13.185/2015: Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional. A lei prevê ações de conscientização, prevenção e combate ao bullying em ambiente escolar.
- Violência contra a Mulher: Este tema também é tratado de forma transversal, em consonância com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que prevê ações de

educação para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A BNCC também fomenta discussões sobre equidade de gênero e respeito.

- Educação Alimentar e Nutricional: Lei nº 11.947/2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Embora não estabeleça uma disciplina, a lei indiretamente promove a educação alimentar e nutricional nas escolas, especialmente no contexto da alimentação escolar.
- Educação para o Trânsito: Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB): Prevê, em seu Art. 76, que a educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º e 2º graus (atualmente, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) por meio de campanhas e da inclusão de temas relacionados ao trânsito nos currículos.
- Educação Computacional: A BNCC estabelece a Cultura Digital como uma das competências gerais, o que implica o desenvolvimento do pensamento computacional e o uso de tecnologias digitais. Não há uma lei específica para "Educação Computacional" como disciplina, mas a BNCC orienta sua inclusão de forma integrada.
- Saúde Mental: Abordado de forma transversal na LDB (especialmente no que tange à promoção da saúde e bem-estar) e na BNCC, que trata de aspectos socioemocionais e de saúde. Não existe uma disciplina específica sobre o tema.
- Promoção de Cultura de Paz: Este tema é um princípio norteador da educação brasileira, presente na LDB e na BNCC, que preconizam o desenvolvimento de valores como respeito, solidariedade, tolerância e não violência. Não há uma lei que crie uma disciplina específica, mas sim a promoção de um ambiente escolar que fomente a paz.
- Lei Lucas: Lei nº 13.722/2018: Torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de recreação infantil. Embora não seja um conteúdo a ser ensinado diretamente aos alunos, a lei visa garantir que os profissionais da escola estejam aptos a agir em situações de emergência, protegendo a segurança das crianças.
- Dia do Brincar: Não há uma lei federal que estabeleça o "Dia do Brincar" como conteúdo curricular obrigatório a ser ensinado. No entanto, a LDB e a BNCC valorizam o lúdico e o brincar como elementos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil. Alguns municípios ou estados podem ter legislações locais sobre o tema.
- Direitos da Criança e do Adolescente: Fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), que estabelece os direitos e deveres relacionados à infância e adolescência, e abordado de forma transversal.
- Vida Familiar e Social: Relacionado à convivência e organização social, tratado de forma transversal.
- Educação em Direitos Humanos: Fundamentada em diversas normativas e princípios constitucionais, visa a promoção do respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais.
- Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso: Abordado transversalmente, com base no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).
- Trabalho: Desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao mundo do trabalho, abordado de forma transversal em diversas disciplinas.
- Educação Financeira: Visa desenvolver a capacidade de tomar decisões financeiras conscientes. Tem sido cada vez mais enfatizada, inclusive com a possibilidade de ser trabalhada de forma mais integrada.
- Educação Fiscal: Relacionada à importância dos tributos e ao papel do cidadão na fiscalização dos gastos públicos, também de caráter transversal.
- Educação para o Consumo: Promove o consumo consciente e sustentável, tratado de forma transversal.
- Diversidade Cultural: Reconhecimento e valorização das diferentes manifestações culturais brasileiras e mundiais.

- Pluralidade Cultural: Amplia a compreensão sobre as diversas culturas que compõem a sociedade.
- Ciência e Tecnologia: Desenvolvimento do pensamento científico, compreensão do impacto da tecnologia na sociedade e uso ético das ferramentas tecnológicas.

A abordagem desses temas de forma transversal é fundamental para:

**Formação integral:** Desenvolver não apenas o conhecimento, mas também valores, atitudes e habilidades socioemocionais.

**Contextualização:** Conectar o aprendizado escolar com as questões do dia a dia e os desafios da sociedade contemporânea.

**Interdisciplinaridade:** Promover a integração entre as diferentes áreas do conhecimento, mostrando como elas se relacionam para compreender fenômenos complexos.

**Cidadania ativa:** Preparar os estudantes para atuarem de forma crítica e propositiva em suas comunidades e na sociedade em geral.

Esses temas são obrigatórios no sentido de que devem permear o currículo e as práticas pedagógicas das escolas, garantindo que os alunos desenvolvam as competências e habilidades necessárias para lidar com os desafios do mundo atual.

Os projetos são elaborados pelos docentes, pela instituição, pela Secretaria de Educação ou por entidades e empresas parceiras, visando a abordagem das temáticas propostas. As atividades e concepções pedagógicas são adequadamente adaptadas à faixa etária das crianças, com o propósito de tratar os conteúdos de forma apropriada, respeitando o desenvolvimento infantil e garantindo a efetividade do processo educativo.

### **36-ATIVIDADES DE CONFRATERNIZAÇÃO**

As atividades de confraternização são atividades previstas no calendário anual, tais como confraternização dia das mães, pais, festa junina, festa do dia das crianças, dia do professor ou funcionário público e confraternização de final de ano.

As confraternizações são todas planejadas em equipe sobre o modelo e o que for definido fazer.

As apresentações dos projetos de turma são feitas sempre ao término do trabalho de cada projeto, em uma data decidida por toda equipe e contida no calendário escolar da instituição.

As oficinas com os pais é algo que planejamos, porém ainda não foi desenvolvida a implantação da mesma nos da a oportunidade de os familiares vivenciarem as atividades oferecidas na Creche com o objetivo de socialização e aproximação dos pais das atividades desenvolvidas.

### **37-REUNIÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS COM A FAMÍLIA**

Desenvolvemos reuniões com as famílias no início do ano para apresentarmos a proposta de trabalho da instituição no decorrer do ano letivo, as reuniões acontecem de forma coletiva e individual de acordo a necessidade de cada turma. Nas reuniões são discutidos temas como calendário, apresentação da proposta pedagógica, rotina/jornada, gestão, projetos, etc. Entendemos que os pais precisam conhecer e discutir os objetivos da proposta pedagógica e os meios organizados para atingi-los, além de trocar opiniões sobre como o cotidiano familiar se liga ao desenvolvimento da criança, e que essa parceria é fundamental para desenvolvermos um trabalho de qualidade.

### **38-ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político-Pedagógico

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da nossa escola são processos contínuos e essenciais para garantir a qualidade e a eficácia das ações educativas que desenvolvemos. Este documento visa proporcionar uma reflexão sistemática sobre as práticas pedagógicas, identificando sucessos e áreas de melhoria, sempre com o objetivo de promover um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante para nossas crianças.

### **1. Importância do Acompanhamento e Avaliação:**

A prática do acompanhamento e da avaliação é fundamental para assegurar que o PPP esteja alinhado com os documentos que rege a educação em nosso país e em nosso município e com as necessidades e expectativas da comunidade escolar. Este processo permite uma análise crítica das atividades, metodologias e resultados alcançados, possibilitando ajustes e aprimoramentos contínuos. Além disso, promove a transparência e a participação coletiva, fortalecendo o compromisso de todos com a educação infantil de qualidade.

### **2. Metodologia de Acompanhamento:**

O acompanhamento do PPP será realizado de forma sistemática e periódica, envolvendo a equipe pedagógica, gestores, pais e responsáveis. As metodologias adotadas incluem:

**Reuniões Pedagógicas:** Encontros regulares para discutir o progresso das ações planejadas, compartilhar experiências e propor melhorias.

**Observação Participativa:** A presença ativa dos educadores nas atividades diárias, observando e registrando o desenvolvimento das crianças e a eficácia das práticas pedagógicas.

**Relatórios Periódicos:** Documentação sistemática dos avanços e desafios encontrados, com relatos descritivos e reflexivos das atividades desenvolvidas.

### **3. Instrumentos de Avaliação:**

Para garantir uma avaliação abrangente e objetiva, utilizaremos diversos instrumentos, tais como:

#### **1. Avaliação como Processo Contínuo e Reflexivo:**

Entendemos a avaliação como um processo contínuo e reflexivo, que vai além da simples verificação de resultados. Trata-se de uma prática constante de observação, análise e interpretação das vivências e aprendizagens das crianças, bem como das metodologias aplicadas. A avaliação deve ser dinâmica, acompanhando o desenvolvimento individual e coletivo, e possibilitando ajustes necessários para garantir um ambiente educativo de excelência.

#### **2. Avaliação Formativa e Diagnóstica:**

Nossa abordagem contempla a avaliação formativa e diagnóstica como pilares centrais:

- **Avaliação Formativa:** Realizada de maneira contínua, esta avaliação visa acompanhar o progresso das crianças em suas diversas dimensões (cognitiva, emocional, social e física), proporcionando feedback imediato e oportuno. É uma ferramenta essencial para identificar necessidades, promover a autoconfiança e estimular o desenvolvimento integral.

- **Avaliação Diagnóstica:** Conduzida no início e ao longo de cada período letivo, esta avaliação tem o propósito de mapear o nível de desenvolvimento das crianças, identificando habilidades e dificuldades. Os dados coletados orientam a elaboração de estratégias pedagógicas personalizadas e inclusivas.

#### 4. Participação da Comunidade Escolar:

Acreditamos que a avaliação deve ser um processo participativo, envolvendo educadores, gestores, pais e responsáveis. A comunicação aberta e transparente é fundamental para garantir que todos estejam alinhados com os objetivos do PPP e comprometidos com o desenvolvimento das crianças.

- **Reuniões de Pais:** Encontros periódicos com os pais e responsáveis para compartilhar os resultados das avaliações, discutir o progresso das crianças e planejar ações conjuntas que promovam seu desenvolvimento integral.
- **Feedback Contínuo:** Incentivamos a troca constante de feedback entre educadores e familiares, fortalecendo a parceria e o engajamento de todos na construção de um ambiente educativo acolhedor e estimulante.

#### 5. Princípios Éticos e Humanizadores:

Nossa concepção de avaliação é pautada por princípios éticos e humanizadores, que respeitam e valorizam a individualidade de cada criança. Acreditamos que a avaliação deve ser um processo inclusivo, que reconheça e celebre as diferenças, promovendo a equidade e o respeito mútuo.

- **Respeito à Singularidade:** Cada criança é única e deve ser avaliada em sua singularidade, considerando suas potencialidades e ritmos de aprendizagem.
- **Promoção da Autonomia:** A avaliação deve estimular a autonomia das crianças, incentivando-as a refletir sobre suas próprias aprendizagens e a desenvolver uma atitude proativa em relação ao conhecimento.

#### 6. Reflexão e Melhoria Contínua:

A avaliação é um instrumento essencial para a reflexão e a melhoria contínua das práticas pedagógicas. A partir dos resultados e das análises realizadas, identificamos pontos fortes e áreas de aprimoramento, orientando a tomada de decisões e a implementação de ações corretivas e inovadoras.

A concepção de avaliação do Projeto Político-Pedagógico da nossa escola é fundamentada em princípios de humanização, inclusão e participação coletiva. Valorizamos a avaliação como um processo contínuo e reflexivo, que acompanha o desenvolvimento integral das crianças e promove a melhoria contínua das práticas educativas. Ao envolver toda a comunidade escolar, garantimos um ambiente acolhedor e estimulante, onde cada criança é respeitada e valorizada em sua singularidade, contribuindo para a construção de uma educação infantil de qualidade e para a formação de cidadãos plenos e conscientes.

### **39-CÍRCULO DE PAIS E MESTRES (CPM)**

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de apoio às ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, previsto na legislação educacional brasileira como parte dos mecanismos de gestão democrática do ensino público,

conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, especialmente em seu artigo 14.

A principal função do CPM é promover a integração entre a escola, a família e a comunidade, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa e da corresponsabilidade no processo educativo. Ele atua como espaço de diálogo e construção coletiva de decisões que envolvem o cotidiano escolar, com foco na melhoria da qualidade do ensino e na formação integral dos estudantes.

Entre as atribuições do Círculo de Pais e Mestres, destacam-se:

- Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Propor e apoiar ações que promovam o bem-estar dos alunos e o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade;
- Contribuir para a transparência na aplicação de recursos financeiros da unidade escolar;
- Apoiar eventos e projetos educativos, culturais e esportivos;
- Acompanhar e colaborar com a execução do plano de ação da escola, sugerindo ajustes quando necessário.

O CPM é composto por representantes dos pais, professores, equipe gestora e funcionários da escola, eleitos de forma democrática e com mandato definido em regime próprio. Sua atuação representa um importante instrumento de construção coletiva do ambiente escolar, respeitando os princípios da equidade, participação e autonomia pedagógica.

A existência e atuação do Círculo de Pais e Mestres reforçam o compromisso da escola com a gestão democrática e com a formação cidadã de seus alunos, contribuindo para uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

## **40-LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES**

O Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil deve estar em consonância com os marcos legais e normativos que garantem os direitos das crianças e orientam as práticas educativas em todo o território nacional. Esses documentos constituem a base para a organização curricular, o planejamento pedagógico, a gestão democrática e a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

Entre os principais instrumentos legais que norteiam a prática pedagógica na Educação Infantil, destacam-se:

Constituição Federal do Brasil (1988): Reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), além de estabelecer os princípios da igualdade de condições, da liberdade de aprender, do respeito à diversidade e da gestão democrática do ensino público (art. 206). Determina também que a educação infantil é direito das crianças de 0 a 5 anos e deve ser ofertada gratuitamente pelo poder público (art. 208, IV).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996): Regula a educação nacional e define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e

social, em complementação à ação da família e da comunidade (art. 29). A LDB assegura ainda os princípios da equidade, qualidade social, inclusão e respeito à diversidade.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990): Assegura os direitos fundamentais das crianças, entre eles o direito à educação, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, e à proteção contra toda forma de negligência, discriminação, violência e exploração. O ECA reconhece a criança como sujeito de direitos e reforça o papel da escola na promoção do desenvolvimento integral.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009): Estabelecem os princípios, fundamentos e procedimentos para a organização curricular da Educação Infantil, com foco na interação e na brincadeira como eixos estruturantes da prática pedagógica. Defendem uma educação que respeite a infância como uma fase específica do desenvolvimento humano, a escuta das crianças e a articulação com as famílias e a comunidade.

Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017): Documento normativo que define os direitos de aprendizagem e os campos de experiência para a Educação Infantil, assegurando a articulação entre o cuidar e o educar. A BNCC propõe uma abordagem que respeita as singularidades das crianças e promove experiências significativas, considerando os seis direitos de aprendizagem: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

O alinhamento do PPP com esses documentos assegura que a escola atue de forma legal, ética e comprometida com a garantia dos direitos da criança à educação de qualidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

## **41-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Pensar o Projeto Político Pedagógico de uma instituição é pensar a construção de sua identidade, o que implica numa análise coletiva tanto da história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das decisões tomadas pelo PPP” (VEIGA, 1996).

A elaboração deste Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um marco fundamental na construção de uma educação infantil de qualidade em nossa instituição. Ao longo deste documento, refletimos sobre nossos valores, princípios e objetivos, sempre com o foco na formação integral de nossas crianças, respeitando suas individualidades e promovendo um ambiente acolhedor, seguro e estimulante.

Este PPP é mais do que um conjunto de diretrizes; é um compromisso coletivo. Acreditamos que a educação infantil é a base para o desenvolvimento pleno do ser humano, e, por isso, dedicamos nossos esforços para criar um espaço onde o brincar, o aprender e o conviver sejam vivências diárias ricas em significados. Cada prática pedagógica, cada estratégia adotada, foi pensada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das competências socioemocionais, cognitivas e motoras de nossas crianças.

Reconhecemos que a educação de qualidade só se concretiza com a participação ativa de toda a comunidade escolar – educadores, famílias e a própria comunidade local. Portanto, este documento é um convite aberto para que todos os envolvidos no processo educativo se engajem de forma colaborativa, contribuindo com ideias, sugestões e ações que fortaleçam nosso projeto.

Concluímos, assim, reafirmando nossa crença no poder transformador da educação. Este PPP não é um ponto final, mas sim um ponto de partida para a constante reflexão e aprimoramento de nossa prática pedagógica. Que este documento seja revisitado frequentemente, adaptando-se às necessidades e aos desafios que surgirem, sempre com o compromisso de proporcionar uma educação infantil inclusiva, equitativa e de excelência.

Estamos certos de que, com dedicação, afeto e profissionalismo, continuaremos a construir uma creche que acolhe, cuida e educa, preparando nossas crianças para um futuro promissor, onde possam exercer plenamente sua cidadania e contribuir para uma sociedade mais justa e humana.

#### **42-REFERÊNCIAS:**

BARCELOS, R. P. *Educação e sociedade na Idade Antiga*. São Paulo: Editora X, 1992.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 out. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria e Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. PARECER CNE/CEB nº 20/2009.

CARVALHO, M. *Educação e sociedade: um enfoque histórico*. 2. ed. São Paulo: Editora Z, 2004.

CONCEITO - Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: jul. 2025.

FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2010.

LEI ORDINÁRIA n° 2293/2018, de 04 de junho de 2018. Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Itapuca. Disponível em: <https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1539&cliente=itapuca&search=PLANO%20DE%20CARREIRA>. Acesso em: jul. 2025.

LEI ORDINÁRIA n° 2500/2022, de 01 de abril de 2022. Dispõe sobre o quadro de cargos e funções públicas do município de Itapuca. Disponível em: <https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1757&cliente=itapuca&search=>. Acesso em: jul. 2025.

LEI ORDINÁRIA n° 2592/2023, de 15 de setembro de 2023. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público no âmbito das Escolas Municipais de Itapuca/RS. Disponível em: <https://leisnaweb.com.br/mostrarto/?ato=2453&cliente=itapuca&search=gest%C3%A3o%20democratica>. Acesso em: jul. 2025.

LEI ORDINÁRIA n° 2607/2023, de 01 de dezembro de 2023. Institui o Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Itapuca/RS. Disponível em: <https://leisnaweb.com.br/mostrarto/?ato=2494&cliente=itapuca&search=PLANO%20DE%20CARREIRA>. Acesso em: jul. 2025.

OLIVEIRA, Z. M. R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RESOLUÇÃO CME n° 01, de 04 de junho de 2025. Estabelece princípios e normas para a organização e a autorização de funcionamento das instituições de Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Itapuca. Conselho Municipal de Educação de Itapuca, 2025.

SALLES, F.; FARIA, V. *Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica*. São Paulo: Ática, 2012.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas (SP): Papirus, 1996.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.